



zilor
Energia e Alimentos ■

**Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas**

Açucareira Quatá S.A.

**31 de março de 2022 e 2021
com Relatório do Auditor Independente**

Índice

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas..... 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais..... 7

Demonstrações dos resultados..... 9

Demonstrações dos resultados abrangentes 10

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 11

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto 12

Demonstrações dos valores adicionados 13

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 14



Relatório da Administração

A Diretoria

1. Introdução

Prezados Senhores:

No Relatório da Administração da safra 21/22, demonstraremos a performance financeira sustentando o nosso comprometimento com o crescimento, a preservação do meio ambiente, o respeito a sociedade e a perenidade da Companhia. As demonstrações financeiras incluem: o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

1.1. Visão Geral da Companhia

A Companhia é composta por três áreas de negócios: a Companhia, empresa do setor sucroenergético, contando com três unidades industriais e produz açúcar e etanol o seguimento da Açucareira Quatá que explora a cogeração de energia elétrica; e a unidade de negócios Biorigin, multinacional do setor de biotecnologia, especializada na fabricação de ingredientes 100% naturais com base em açúcares fermentescíveis para os setores alimentícios, de nutrição animal e humana. A Biorigin possui unidades no Brasil, nos Estados Unidos e na Bélgica, além de distribuidores em todos os continentes. Cerca de 90% de sua produção é exportada, atendendo principalmente os mercados norte-americanos e europeu, com atuação em mais de 60 países.

A Companhia diversificou o seu portfólio entre as suas unidades de negócios com o objetivo de obter maior valor agregado e se proteger das oscilações dos mercados de *commodities*, com um firme posicionamento socioambiental. A Biorigin atua nos segmentos Food (alimentação humana) onde desenvolve ingredientes que realçam o sabor, reduzem o teor de sódio e estendem a vida útil dos alimentos produzidos por seus clientes, bem como no segmento Feed de alimentação animal disponibiliza produtos que além de serem nutricionais aumentam a funcionalidade das rações, fortalecendo a saúde e o desempenho das criações focadas em produção de proteínas. Os animais de estimação são também um importante mercado de atuação da Biorigin.

Com capacidade de moagem de 12 milhões de toneladas por ano, somos um dos mais importantes *players* do setor, sendo também o acionista com participação mais representativa na Copersucar S.A., maior empresa brasileira de exportação de açúcar e etanol, o que nos dá garantia de escoamento dos principais produtos.

No campo, na indústria e nos escritórios corporativos, somos uma equipe de 3.850 mil colaboradores dedicados a produzir e gerar riquezas a partir da cana-de-açúcar, com ética, responsabilidade e cuidados com o meio ambiente. Em nossa gestão, buscamos garantir que o ambiente de trabalho seja saudável e seguro para todos os nossos colaboradores desenvolverem as suas atividades. Investimentos na capacitação dos profissionais é prioridade em prol dos resultados consistentes e sustentáveis.

2. Governança

2.1. Governança Corporativa

Ao longo das últimas safras a Companhia implantou uma série de medidas para fortalecer os seus controles, Governança e maximizar os seus resultados.



O Conselho de Administração é o pilar e grande incentivador dessa estrutura de Governança e é apoiado por outros comitês e fóruns de gestão. O mandato do conselho de administração é de dois anos e tem como objetivo discutir e aprovar os Planos Estratégicos, visando promover o crescimento sustentável da Companhia além de, proteger e maximizar o retorno do investimento dos acionistas, aprovar políticas e diretrizes e acompanhar o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico.

Essa estrutura demonstra o compromisso da Companhia com as melhores práticas de Governança Corporativa, a independência na tomada de decisão executiva alinhado com os interesses de longo prazo dos acionistas e dos demais stakeholders, visando garantir o cumprimento da missão de dar continuidade a capacidade de inovar e planejar o futuro em busca do crescimento sustentável.

2.2. Política de dividendos

Aprimorando ainda mais sua profissionalização e estrutura de governança, os acionistas da Companhia aprovaram por unanimidade, em 2018 a nova política de dividendos, atrelando a distribuição de dividendos à manutenção de indicadores saudáveis de alavancagem.

2.3. Controles Internos e Gestão de Riscos

A Companhia, no exercício de sua gestão, adota procedimentos, relatórios e ações em conformidade com os padrões de Governança Corporativa hoje existentes no mercado, dentre os quais destacamos:

- Gestão de riscos;
- Elaboração de Orçamento Plurianual;
- Robusta gestão do fluxo de caixa e de endividamento;
- Acompanhamento da performance mensal Previsto x Realizado
- Auditoria Interna e Externa;
- Relatórios voltados para auxiliar a gestão e os acionistas com informações relevantes e tempestivas suportando o processo de decisão;
- Existência de Normas e Procedimentos nos diversos níveis operacionais e administrativos;
- Gestão das obrigações fiscais com manutenção tempestiva do cumprimento das obrigações acessórias, incluindo tributos administrados pela União Federal, Estados, Municípios e Previdência Social.

3. Desempenho Operacional

Destacamos a estratégia de priorizar o aumento da produção de açúcar na safra 21/22, em comparação a safra 20/21, em razão do aumento dos preços do açúcar e assim maximizar os resultados das operações, somados a isso a elevação nos preços de etanol puxados pela alta no petróleo decorrente dos desdobramentos trazidos pelos conflitos na Ucrânia.



(mil tons)	21/22	20/21	Varição
Informações Consolidadas			
Moagem Total	9.859,1	10.014,3	-1,5%
Moagem Própria	2.815,1	2.733,7	3,0%
Moagem Terceiros	7.044,0	7.280,5	-3,2%
Informações por Região			
Lençóis Paulista/SP	7.241,3	7.212,2	0,4%
Quatá/SP	2.617,8	2.802,1	-6,6%

Na Safra 21/22, a Zilor processou 9.859,1 mil toneladas de cana em razão da menor produtividade causada pelo clima mais seco, apresentando uma queda de 1,5%. Salienta-se a performance da moagem decorrente de cana própria, que aumentou em 3%, pois houve produção e operação de lavouras próprias na região de Lençóis Paulista/SP, assim como uma melhoria na eficiência industrial resultado dos sucessivos e recorrente investimentos em modernização de suas unidades fabris.

Produção	21/22	20/21	Varição
Açúcar (mil/ton)	662,5	638,0	3,8%
Branco	276,9	288,1	-3,9%
Bruto	282,6	254,2	11,2%
FS ¹	103,0	95,7	7,6%
Etanol (mil/m³)	468,2	454,4	3,0%
Anidro	297,0	259,2	14,6%
Hidratado	171,2	195,2	-12,3%
Energia Exportada (mil MWh)	476,7	491,7	-3,1%
Contratada	438,6	468,9	-6,4%
Spot	38,1	22,9	66,5%
Mix Etanol vs Açúcar (em Unicop)	46% vs 54%	56% vs 44%	

1. FS: *Fermentable sugar*
2. Unicop: fator de medida que permite comparação entre Etanol e Açúcar na mesma unidade

No acumulado da Safra 21/22, a produção de açúcar teve um incremento de 3,8% devido a priorização do mix, objetivando captura de melhores preços. Como resultado da priorização da produção de açúcar, a sua participação em nossa produção atingiu 54% vs 44% em relação à safra anterior.

A Energia Exportada apresentou redução de 3%, devido a menor quantidade de bagaço de cana disponível no mercado e em razão do menor volume de moagem em virtude da seca e geadas ocorridas durante a Safra 21/22. Além do bagaço próprio utilizado na geração de energia elétrica, a companhia também utiliza bagaço de terceiros para arcar seus compromissos contratuais, o bagaço de terceiros por sua vez apresentou escassez e preços elevado no mercado, o que dificultou a obtenção dessa matéria prima no mercado.



4. Receita

Receita Líquida - R\$ MM

Descritivo	21/22	20/21	Variação R\$	Variação %
Açúcar	955,3	702,1	253,2	36,1%
Etanol	1.458,6	866,5	592,1	68,3%
Energia	114,7	121,8	(7,1)	-5,8%
Biorigin	675,9	722,8	(46,9)	-6,5%
Outros	19,7	11,9	7,8	65,7%
Total	3.224,1	2.425,1	799,0	32,9%

Preço

Descritivo	21/22	20/21	Variação R\$	Variação %
Açúcar Preço (R\$/ton)	1.718,2	1.295,9	422,4	32,6%
Etanol (R\$/m3)	3.321,1	1.915,7	1.405,4	73,4%
Energia (R\$/MWh)	240,6	247,7	(7,1)	-2,9%
Biorigin (R\$/kg)	17,8	18,3	(0,5)	-2,5%

Volume

Descritivo	21/22	20/21	Variação %
Açúcar (mil/tons)	556,0	541,8	2,6%
Etanol (mil/m3)	439,2	452,4	-2,9%
Energia MWh	476,7	491,7	-3,1%
Biorigin (mil/tons)	38,0	39,6	-4,1%

A variação em relação ao ano-safra anterior da receita líquida do açúcar, que totalizou R\$ 253,2 milhões, foi devida ao aumento de preço de 36,1%, que teve impacto de R\$ 234,8 milhões, e um incremento de 2,6% no volume, que atingiu o valor de R\$ 18,3 milhões.

Aumento da receita líquida de etanol em relação ao ano-safra anterior, que totalizou R\$ 592,1 milhões, puxado principalmente pelos aumentos dos preços de 73,4%, resultando em um impacto de R\$ 617,2 milhões, parcialmente compensado pela redução de 2,9% no volume de vendas, representado queda de R\$ 25,2 milhões.

A receita da Biorigin teve uma redução decorrente principalmente de 2 fatores menor taxa de câmbio verificada quando comparamos a safra 21/22 a safra 20/21 (R\$ 5,33/US\$ x R\$ 5,41/US\$, respectivamente), a revisão dos modelos de negócio do segmento iniciada no ano safra 21/22. Como de costume a Biorigin continuou a desenvolver e lançar novos produtos tanto no seguimento Food quanto no seguimento de FEED, visando atender principalmente no mercado Europeu. O volume de vendas teve uma redução de 4,1%, impactando a receita negativamente em R\$ 28,7 milhões. Além disso, tivemos uma redução no preço médio, em Reais, de 2,5%, com impacto de R\$ 18,2 milhões, devido à valorização cambial ocorrida durante.

Na safra 21/22, a receita líquida de energia apresentou uma redução de R\$ 7,1 milhões, que é explicada pelo menor volume de energia exportado na safra 21/22, em função da indisponibilidade de bagaço no mercado e da escassez de matéria prima (bagaço de terceiros, cavo, pó de serra e palha de cana) assim como a menor moagem registrada na safra 21/22 em virtude de fatores climáticos (seca e geada). A redução no volume foi uma queda de R\$ 21,3 milhões, parcialmente compensada pelo aumento do preço médio, que apresentou aumento de 11%, representando aumento de R\$ 11,1 milhões.



Na rubrica “outros”, que se refere, principalmente, à venda de Créditos de Descarbonização (CBIO). Destacamos que a Zilor foi uma das primeiras empresas a obter a certificação para emissão de CBIOs, durante o ano calendário de 2019. Na safra 21/22, a Açucareira Quatá S.A. gerou o momento 535 mil CBIOs, e, desse valor, cerca de 491 mil títulos de CBIOs foram comercializados através da Cooperativa, da qual a Zilor é parte. O preço médio da comercialização é de R\$ 49,72.

Sendo assim, devido a um cenário favorável de preços, ao aumento da produção de açúcar, apresentamos um crescimento da receita líquida de 32,9%, que atingiu R\$ 3,2 bilhões na safra 21/22, aumento de R\$ 798,8 milhões em relação à safra 20/21.

5. Custo do Produto Vendido (CPV)

Descriativo	CPV - R\$ MM			
	21/22	20/21	Variação R\$	Variação %
Açúcar	956,1	600,7	355,4	59,2%
Etanol	1.038,1	651,8	386,3	59,3%
Energia	43,7	42,9	0,8	1,9%
Biorigin	452,7	470,6	(17,9)	-3,8%
Ativo biológico	(79,2)	(74,6)	(4,6)	6,2%
Total	2.411,4	1.691,4	720,00	42,6%

Os custos dos produtos vendidos para açúcar apresentaram aumento de R\$ 355,4 milhões, esse aumento é explicado principalmente pela variação do preço do Kg de ATR +59,2% que representa R\$ 219,0 milhões, outros fatores relevantes foram o maior volume vendido, arrendamentos, depreciação, mão-de-obra, materiais e insumos, totalizando R\$ 136,4 milhões.

O aumento dos custos para o etanol, assim como do açúcar, decorre principalmente pela variação de preço do Kg de ATR +52,5% o qual representou aumento de R\$ 240,3 milhões, além deste, outros fatores relevantes para o aumento foram depreciação, mão-de-obra, materiais e insumos, totalizando R\$ 146,0 milhões.

Na linha de Energia elétrica exportada, tivemos um crescimento nos custos de 1,9% que se deve ao aumento nos custos de biomassa no valor R\$ 4,2 milhões, que foram parcialmente compensados pelo menor volume de exportação de energia R\$ 3,4 milhão.

Na divisão Biorigin tivemos redução de 3,8% totalizando R\$ 17,9 milhões, principal fator para a redução foi o volume de vendido R\$ 18,6%, compensado parcialmente pelo aumento dos custos R\$ 0,7 milhões.

Os aumentos de custos apresentados foram ocasionados principalmente por fatores externos, tais como, câmbio e aumento dos preços dos insumos globalmente, decorrentes da pandemia de Covid-19 e do início da Guerra da Ucrânia. Destaque-se, no entanto, que um conjunto de iniciativas foi tomada para mitigar parte desses aumentos, buscando aumentar a sua eficiência industrial e melhores negociações.



6. Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas

Despesas gerais e administrativas - R\$ MM

Descritivo	21/22	20/21	Variação R\$	Variação %
Despesas comerciais	(93,8)	(89,4)	(4,5)	5,0%
Despesas Administrativa e gerais	(165,0)	(118,4)	(46,6)	39,4%
Outras Receitas (despesas) op. Líquida	317,3	316,2	1,2	0,4%
Equivalência	93,0	27,6	65,4	237,4%
Total	151,51	136,01	15,50	11,4%

Em virtude dos desafios impostos pela pandemia, a Companhia ampliou as suas iniciativas para racionalização das despesas, tais como, restrições de viagens, postergações de contratações planejadas não essenciais, eliminação ou postergação de contratação de consultorias e renegociação de condições de pagamentos.

As despesas comerciais apresentaram um aumento principalmente na linha de Auditoria e consultoria necessária para iniciar o processo de redesenho do modelo de negócios da Bioring.

O aumento nas despesas administrativas e gerais, 39,4% foram ocasionados principalmente pelo aumento com gastos com pessoal, 23,2%, decorrentes do acordo coletivo realizado na safra 21/22. Adicionalmente foi verificado aumento com serviços de terceiros/Auditoria, 13,2% com gastos com seguro e decorrentes da realização de projetos voltados para a melhoria da eficiência e da produtividade, como exemplos (OBZ, Lean Office, etc.).

Destacamos os ganhos registrados na linha de equivalência patrimonial decorrentes da melhor performance operacional verificada na Coper S.A., resultado de novos alinhamentos estratégicos (aquisição de 100% da empresa Alvean pela Coper S.A. e melhora nas condições de mercado).

7. EBITDA/EBIT

O Ebitda ajustado da Companhia exclui os efeitos dos ativos biológico, do CPC 06 (R2) arrendamentos, outras receitas e despesas operacionais e os efeitos da equivalência patrimonial, para o Ebit ajustado tira-se o efeito da depreciação.

Ebitda/Ebit (ajustados) - R\$ MM

Descritivo	21/22	20/21	Variação R\$	Variação %
Ebitda	1.766,9	1.350,2	416,7	30,9%
Ebitda Ajustado	879,6	662,3	217,3	32,8%
Ebit	960,9	869,8	91,0	10,5%
Ebit Ajustado	565,7	297,3	268,4	90,3%

Como resultado da melhora operacional, descrita acima, a Companhia apresentou um forte aumento no seu EBITDA e do seu EBITDA ajustado, maiores em 30,9% e 32,8% respectivamente. Essa melhora operacional é verificada também no EBIT e EBIT Ajustado, pelos mesmos motivos apresentados acima. O Ebitda ajustado exclui os efeitos dos ativos biológico do CPC 06 (R2) arrendamentos, outras receitas e despesas operacionais e os efeitos da equivalência patrimonial, para o Ebit ajustado tira-se o efeito da depreciação e do ajuste CPC 06 arrendamento.



Ebitda/Ebit (ajustados) - R\$ MM				
Descritivo	21/22	20/21	Varição R\$	Varição %
Receita	3.224,1	2.425,3	798,8	32,9%
Custo	(2.490,6)	(1.766,1)	(724,5)	41,0%
Despesas de vendas	(93,8)	(89,4)	(4,5)	5,0%
Despesas adm e Gerais	(165,0)	(118,4)	(46,6)	39,4%
Depreciação	806,0	480,4	325,6	67,8%
Ajuste IFRS 16	91,0	(154,2)	245,2	-159,0%
Depreciação IFRS	(492,1)	(115,3)	(376,8)	326,8%
Ebitda Ajustado	879,6	662,3	217,3	32,8%
Depreciação	(806,0)	(480,4)	(325,6)	67,8%
Ajuste IFRS 16	492,1	115,3	376,8	326,8%
Ebit Ajustado	565,7	297,3	268,4	90,3%

8. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro - R\$ MM				
Descritivo	21/22	20/21	Varição R\$	Varição %
Receitas Financeiras	235,5	158,7	76,8	48,4%
Despesas Financeiras	(365,8)	(528,9)	163,1	-30,8%
Variações cambiais líquidas	30,8	(31,2)	62,0	-198,5%
Total	- 99,5	- 401,4	301,9	-75,2%

A variação positiva da receita financeira é explicada por dois fatores i) aumento da taxa média do CDI, 2,23% para 4,42% na safra 21/22, ii) e maior saldo médio de caixa ao longo da safra 21/22 quando comparado com a safra 20/21, (R\$ 1.183 milhões vs. R\$ 953 milhões, respectivamente).

Verificamos uma redução na despesa financeira em relação à safra 20/21 decorrente do menor impacto de marcação a mercado resultado do *Head e Swap*.

9. Lucro do Exercício

Lucro Líquido - R\$ MM				
Descritivo	21/22	20/21	Varição R\$	Varição %
Lucro líquido do exercício	643,6	338,5	305,1	90,1%

Com o melhor desempenho operacional e financeiro a Açucareira Quatá apresentou um incremento de 90,1% em seu lucro líquido.



10. Estrutura de capital e Alongamento da dívida

Descritivo	Dívida Líquida - R\$ MM			
	21/22	20/21	Variação R\$	Variação %
Empréstimos	(3.047,7)	(2.657,4)	(390,2)	14,7%
Caixa	1.721,1	1.231,7	489,4	39,7%
Total	- 1.326,6	- 1.425,8	99,2	-7,0%

Em virtude da pandemia global da Covid-19 e do início da Guerra da Ucrânia a Administração da Companhia optou por uma estratégia de manutenção e fortalecimento do seu caixa. Essa estratégia foi focada em dois pilares:

- (i) a melhoria da eficiência operacional através de otimização de custos e despesas atrelado, proporcionando maior volume caixa em (+39,7%); e
- (ii) contratação e renovação de linhas de crédito, o que proporcionou o alongamento do prazo médio da dívida no valor de R\$ 1,9 bilhão e o pagamento de principal e juros no valor de R\$ 1,5 bilhão.

Essa estratégia proporcionou a um aumento no endividamento líquido e do prazo médio de pagamento da Companhia em cerca de R\$ 390,2 milhões.

Destacamos da emissão de Cédula de Produto Rural Financeira no montante total de R\$ 480.000 com pagamentos semestrais de juros a partir de 18 de abril de 2022 e amortização em parcela única em de 15 de outubro de 2026, A remuneração do CRA é de 6,9849% a.a., acrescido de atualização monetária pelo IPCA, com pagamentos semestrais de juros a partir de 18 de abril de 2022 e amortização em parcela única em de 15 de outubro de 2026.

A Companhia formalizou contrato em 06 de janeiro de 2022 no montante de R\$ 100.000, junto ao BNDES no âmbito do programa Renovabio. A remuneração junto ao BNDES é IPCA acrescido de sobretaxa de 6,33% ao ano, com amortização do principal iniciando-se em 15 de fevereiro de 2024 e encerrando em 15 de janeiro de 2030.

11. Considerações finais

Após um ano safra com grandes desafios e transformações, ressaltamos a importância da construção de uma estratégia de longo prazo bem delineada, uma equipe de colaboradores engajada e uma Governança Corporativa moderna e eficaz, com diretrizes que nortearam nossos investimentos e ações para acelerar a captura de resultados positivos para nossos negócios. Assim, continuaremos a dar retorno aos nossos acionistas e stakeholders mantendo sólida a confiança deles em nossa organização.

Agradecemos todos aqueles que contribuíram para mais um ciclo da Companhia, principalmente nossos colaboradores e suas Famílias, Fornecedores, Parceiros, Assessores e Consultores, membros do Conselho de Administração, e tantos outros que colaboraram para que pudéssemos superar as adversidades e buscar novas oportunidades para os nossos negócios. Aos nossos Acionistas somos gratos pelas demonstrações de confiança e respeito a todos que contribuíram para o desempenho da Companhia nesta safra 21/22.

Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para as informações que se fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Lençóis Paulista - SP, 05 de julho de 2022.

A Diretoria





Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º andar - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e à Diretoria da
Açucareira Quatá S.A.
Lençóis Paulista -SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Açucareira Quatá S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de março de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos atenção à nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que apresentam os valores comparativos relativos ao exercício findo em 31 de março de 2021, que foram alterados e estão sendo reapresentadas para refletir os erros na aplicação de pronunciamentos contábeis também descritos na referida nota explicativa. Em 30 de junho de 2021 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações contábeis e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- **Mensuração do valor justo dos ativos biológicos**

Conforme mencionado na explicativa 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia mensura seus ativos biológicos, que correspondem ao produto agrícola cana-de-açúcar em desenvolvimento, através do valor justo, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação. Essa mensuração é uma estimativa significativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela diretoria da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas à produtividade, rentabilidade, preços e taxa de desconto. Em 31 de março de 2022, a Companhia possuía saldo de R\$ 392.493 mil na rubrica de ativos biológicos, no ativo circulante individual e consolidado.

Devido à relevância dos valores dos ativos biológicos registrados pela Companhia e às incertezas inerentes à estimativa de valor justo dos ativos biológicos, bem como ao julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) o entendimento dos controles internos chave implementados pela Companhia relacionados ao processo de avaliação do valor justo dos ativos biológicos; (ii) utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de produtividade, rentabilidade, preços e taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa; (iii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de mensuração do respectivo valor justo dos ativos biológicos, bem como seus reflexos no resultado do exercício.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor justo dos respectivos ativos biológicos, assim como respectivas divulgações nas notas explicativas 6.f e 16 são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes examinadas por outro auditor independente

O exame dos balanços patrimoniais, individual e consolidado, de 31 de março de 2020, preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes erros descritos na nota 09 onde são divulgados como saldos de 1º de abril de 2020, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício em 31 de março 2020, com data de em 25 de junho de 2020. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2022, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 9 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais de 1º de abril de 2020. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, da Companhia referentes a 1º de janeiro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre esses balanços patrimoniais tomados em conjunto.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob responsabilidade da diretoria da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

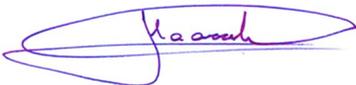
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 05 de julho de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/03/2022	31/03/2021	01/04/2020	31/03/2022	31/03/2021	01/04/2020
			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.593.637	1.145.723	917.062	1.721.065	1.231.655	995.605
Instrumentos financeiros derivativos	12	57.424	30.487	-	57.424	30.487	-
Clientes e outras contas a receber	13	137.534	148.548	194.446	115.974	126.274	101.406
Contas a receber - Cooperativa	14	182.755	160.919	149.482	183.408	161.650	150.151
Estoques	15	222.575	126.123	137.202	330.213	220.349	242.950
Ativos biológicos	16	392.493	294.275	196.305	392.493	294.275	196.305
Impostos a recuperar	18	47.522	26.707	35.782	51.816	29.023	38.450
Adiantamentos a fornecedores		4.351	18.970	26.047	4.351	18.970	26.048
Despesas antecipadas		48.788	32.365	21.686	48.950	32.638	21.757
Total do ativo circulante		2.687.079	1.984.117	1.678.012	2.905.694	2.145.321	1.772.672
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Aplicações financeiras, títulos e valores imobiliários	11	44.791	-	-	159.036	26.130	-
Clientes e outras contas a receber	13	8.939	20.144	17.061	9.076	23.313	19.762
Mútuo financeiro	20	9.892	52.237	-	9.892	62.129	9.892
Despesas antecipadas		284	1.477	1.158	284	1.477	1.158
Depositos judiciais	17	197.312	121.725	55.417	262.432	186.844	94.002
Impostos a recuperar	18	42.079	32.517	30.094	42.079	32.516	30.094
Ativo fiscal diferido	19	23.832	50.355	93.248	22.084	54.005	100.745
Total do realizável a longo prazo		327.129	278.455	196.978	504.883	386.414	255.653
Investimentos	21	375.269	273.613	198.846	217.323	144.307	125.157
Outros investimentos		18.337	20.975	20.994	18.404	21.043	21.061
Imobilizado	22	1.786.267	1.549.276	1.594.671	1.836.074	1.601.319	1.638.608
Direito de uso	23	2.142.964	1.503.691	1.390.960	2.142.964	1.503.691	1.390.960
Intangível	24	16.376	11.796	12.789	17.367	14.007	15.736
Total do ativo não circulante		4.666.342	3.637.806	3.415.238	4.737.015	3.670.781	3.447.175
Total do ativo		7.353.421	5.621.923	5.093.250	7.642.709	5.816.102	5.219.847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/03/2022	31/03/2021	01/04/2020	31/03/2022	31/03/2021	01/04/2020
			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Circulante							
Fornecedores	25	404.740	268.160	292.229	419.046	274.290	296.268
Instrumentos financeiros derivativos	12	87	15.234	39.859	87	15.234	39.859
Empréstimos, financiamentos e debêntures	26	623.403	519.761	489.075	660.305	567.189	523.430
Passivo de arrendamento	23	281.943	186.327	163.547	281.943	186.327	163.547
Impostos e contribuições a recolher		56.587	8.603	8.074	56.904	13.719	11.794
Tributos parcelados	27	16.847	16.532	16.419	16.847	16.532	16.419
Obrigações com a Cooperativa	28	10.252	8.767	10.630	10.306	8.767	10.630
Salários e contribuições sociais	29	67.919	61.612	60.352	70.720	66.057	62.035
Dividendos a pagar	31	41.201	89.242	34.200	41.201	88.964	34.200
Outras contas a pagar		21.646	13.483	8.261	25.116	17.436	10.551
Total do passivo circulante		1.524.625	1.187.721	1.122.646	1.582.475	1.254.515	1.168.733
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	26	2.301.179	2.089.731	2.022.048	2.387.345	2.090.217	2.022.048
Passivo de arrendamento	23	1.886.059	1.288.361	1.193.143	1.886.059	1.288.361	1.193.143
Tributos parcelados	27	28.690	44.678	60.789	28.690	44.678	60.789
Dividendos a pagar	31	160.657	-	-	160.657	-	-
Obrigações com a Cooperativa	28	129.510	134.864	142.934	144.178	149.514	157.590
Outras contas a pagar		3.417	35.994	3.260	3.417	35.994	-
Provisões	30	220.762	175.376	126.747	285.140	239.753	164.756
Total do passivo não circulante		4.730.274	3.769.004	3.548.921	4.895.486	3.848.517	3.598.326
Total do passivo		6.254.899	4.956.725	4.671.567	6.477.961	5.103.032	4.767.059
Patrimônio líquido							
Capital social		376.774	376.774	376.774	376.774	376.774	376.774
Ajustes de avaliação patrimonial		31.266	80.818	84.958	31.266	80.818	84.958
Lucros (prejuízos) acumulados		-	-	(40.049)	-	-	(40.049)
Reservas de lucro		690.482	207.606	-	690.482	207.606	-
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.098.522	665.198	421.683	1.098.522	665.198	421.683
Participação de não controladores		-	-	-	66.226	47.872	31.105
Total do patrimônio líquido		1.098.522	665.198	421.683	1.164.748	713.070	452.788
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.353.421	5.621.923	5.093.250	7.642.709	5.816.102	5.219.847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2022	31/03/2021 Reapresentado	31/03/2022	31/03/2021 Reapresentado
Receita operacional líquida	33	3.071.495	2.208.901	3.224.058	2.425.283
Varição no valor justo do ativo biológico	34	79.159	74.640	79.159	74.640
Custos dos produtos vendidos	34	(2.433.939)	(1.649.054)	(2.490.557)	(1.766.081)
Lucro bruto		716.715	634.487	812.660	733.842
Despesas de vendas	34	(67.570)	(55.841)	(93.814)	(89.358)
Despesas administrativas e gerais	34	(151.882)	(101.290)	(165.002)	(118.365)
Outras receitas operacionais líquidas	35	258.512	264.027	314.025	316.170
Resultado antes das financeiras líquidas, participação nos resultados de empresas investidas e impostos		755.775	741.383	867.869	842.289
Receitas financeiras	36	227.109	156.303	235.482	158.689
Despesas financeiras	37	(363.583)	(527.599)	(365.791)	(528.902)
Variações cambiais líquidas	38	29.800	(31.712)	30.761	(31.222)
Financeiras líquidas		(106.674)	(403.008)	(99.548)	(401.435)
Participação nos resultados de empresas investidas	21	153.510	75.097	92.999	27.560
Lucro antes dos impostos		802.611	413.472	861.320	468.414
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(150.861)	(48.822)	(184.393)	(86.996)
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	(26.523)	(42.893)	(33.346)	(42.894)
Lucro líquido do exercício		625.227	321.757	643.581	338.524
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		625.227	321.757	625.227	321.757
Acionistas não controladores		-	-	18.354	16.767
Lucro líquido do exercício		625.227	321.757	643.581	338.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Açucareira Quatá S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
		Reapresentado		Reapresentado
Lucro líquido do exercício	625.227	321.757	643.581	338.524
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Outros componentes do resultado abrangente do período				
Variação cambial de investidas no exterior	(21.990)	10.680	(21.990)	10.680
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas - reflexo	(19.556)	(6.520)	(19.556)	(6.520)
Resultado abrangente total do exercício	583.681	325.917	602.035	342.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Controladora e Consolidado											
	Nota	Ajustes de avaliação patrimonial			Reservas			Lucro (prejuízo) acumulado	Total	Participação de não controladores	Total
		Capital social	Própria	Reflexa	Reserva legal	Reserva de integralidade	Reserva de lucro				
Saldo em 1º de abril de 2020 (original)		376.774	81.513	3.445	-	-	-	(1.419)	460.313	31.105	491.418
Ajuste referente a reapresentação		-	-	-	-	-	-	(38.630)	(38.630)	-	(38.630)
Saldo em 1º de abril de 2020 (reapresentado)		376.774	81.513	3.445	-	-	-	(40.049)	421.683	31.105	452.788
Realização do custo atribuído		-	(8.039)	-	-	-	-	8.039	-	-	-
Realização de custo atribuído em investida		-	-	(261)	-	-	-	261	-	-	-
Variação cambial de investidas no exterior		-	10.680	-	-	-	-	-	10.680	-	10.680
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	321.757	321.757	16.767	338.524
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas		-	-	(6.520)	-	-	-	-	(6.520)	-	(6.520)
Destinação do lucro:											
Dividendos a pagar		-	-	-	-	-	-	(82.402)	(82.402)	-	(82.402)
Constituição de reserva legal		-	-	-	14.500	-	-	(14.500)	-	-	-
Constituição de reserva de integralidade		-	-	-	-	193.106	-	(193.106)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2021 (reapresentado)		376.774	84.154	(3.336)	14.500	193.106	-	-	665.198	47.872	713.070
Realização do custo atribuído		-	(7.580)	-	-	-	-	7.580	-	-	-
Realização de custo atribuído em investida		-	-	(426)	-	-	-	426	-	-	-
Variação cambial de investidas no exterior		-	(21.990)	-	-	-	-	-	(21.990)	-	(21.990)
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	20	-	-	(19.556)	-	-	-	-	(19.556)	-	(19.556)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	625.227	625.227	18.354	643.581
Destinação do lucro:											
Dividendos a pagar		-	-	-	-	-	-	(150.357)	(150.357)	-	(150.357)
Constituição de reserva legal		-	-	-	31.654	-	-	(31.654)	-	-	-
Constituição de reserva de integralidade		-	-	-	-	108.462	-	(108.462)	-	-	-
Constituição de reserva de lucro		-	-	-	-	-	342.760	(342.760)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2022		376.774	54.584	(23.318)	46.154	301.568	342.760	-	1.098.522	66.226	1.164.748

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Nota	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
	Reapresentado		Reapresentado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	802.611	413.472	861.320	468.414
Ajustes de:				
Depreciação e amortização	569.122	253.932	573.905	260.255
Depreciação da planta portadora	22 157.135	165.136	157.135	165.137
Consumo do ativo biológico	16 (19.059)	(23.330)	(19.059)	(23.330)
Variação no valor justo do ativo biológico	16 (79.159)	(74.640)	(79.159)	(74.640)
Resultado na venda e baixa de ativos imobilizados e intangíveis	(89.487)	19.445	(94.488)	19.444
Participação nos resultados de empresas investidas	21 (153.510)	(75.097)	(92.999)	(27.560)
Resultado com derivativos	12 (57.337)	(15.253)	(57.337)	(15.253)
Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques	15 36.186	(10.198)	22.315	(10.198)
Juros e variações cambiais imobilizados	8	1.342	8.526	(16.265)
Juros com direito de uso	23 136.372	237.019	136.372	237.019
Apropriação de encargos financeiros	26 237.401	169.087	237.543	182.646
(Reversão) constituição de provisão para contingências	30 45.378	60.769	45.379	87.137
Investimento não controladas	12.946	4.509	(18.924)	(19.132)
Variações em:				
Clientes e outras contas a receber	22.219	42.815	24.537	(28.419)
Instrumentos financeiros derivativos pagos	15.253	(39.859)	15.253	(39.859)
Contas a receber - Cooperativa	(25.705)	(21.370)	(25.555)	(21.438)
Estoques	(132.638)	21.277	(132.179)	32.799
Adiantamentos a fornecedores	17 14.619	7.077	14.619	7.078
Impostos a recuperar	(181.238)	(42.170)	(218.174)	(76.145)
Despesas antecipadas	(15.230)	(10.998)	(15.119)	(11.200)
Depósitos judiciais	17 (75.587)	(79.790)	(75.588)	(92.842)
Fornecedores	25 136.580	(24.069)	144.756	(21.978)
Impostos e contribuições a recolher	118.389	11.362	115.112	12.966
Tributos parcelados	(11.437)	(7.678)	(11.437)	(7.678)
Salários e contribuições sociais	6.307	1.260	4.663	4.022
Outras contas a pagar	(24.692)	37.956	(24.897)	42.880
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.445.447	1.022.006	1.496.520	1.033.860
Juros pagos	(4.236)	(8.320)	(4.236)	(8.320)
Juros pagos em empréstimos e financiamentos	26 (149.277)	(126.267)	(149.305)	(126.267)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(70.405)	(10.833)	(71.927)	(11.041)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.221.529	876.586	1.271.052	888.232
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aumento de participação de não controladores	-	-	-	31.720
Aplicações financeiras	11 -	-	(1.949)	(26.130)
Aquisição de cota "FIDC"	(44.791)	-	(130.957)	-
Gastos com plantio e tratamentos culturais	(142.888)	(124.425)	(142.888)	(124.425)
Pagamento de aquisição de bens do ativo imobilizado - carve out	(19)	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	22 (367.669)	(205.766)	(377.532)	(215.334)
Aquisição de ativo intangível	24 (5.701)	(222)	(701)	(223)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	(561.068)	(330.413)	(654.027)	(334.392)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Mútuo financeiro	42.345	(52.237)	52.237	(52.237)
Pagamento de arrendamento	23 (444.395)	(293.464)	(444.395)	(293.464)
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	26 1.618.613	1.369.959	1.610.312	1.369.959
Empréstimos e financiamentos bancários pagos	26 (1.391.647)	(1.314.410)	(1.394.472)	(1.314.410)
Empréstimos e financiamentos "FIDC"	26 -	-	86.166	-
Dividendos pagos	20 (37.463)	(27.360)	(37.463)	(27.638)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(212.547)	(317.512)	(127.615)	(317.790)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	447.914	228.661	489.410	236.050
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10 1.145.723	917.062	1.231.655	995.605
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.593.637	1.145.723	1.721.065	1.231.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Receitas	3.591.511	2.644.427	3.801.283	2.913.589
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços prestados	3.325.434	2.415.102	3.477.997	2.631.484
Outras receitas	266.077	229.325	323.286	282.105
Insumos adquiridos de terceiros	(1.782.313)	(1.274.084)	(1.843.844)	(1.401.245)
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(1.363.888)	(866.838)	(1.406.683)	(952.473)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(417.863)	(407.192)	(436.599)	(448.718)
Perda/recuperação de valores ativos	(562)	(54)	(562)	(54)
Valor adicionado bruto	1.809.198	1.370.343	1.957.439	1.512.344
Depreciação e amortização	(569.122)	(253.932)	(573.905)	(260.255)
Ativos biológicos colhidos	79.159	74.640	79.159	74.640
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.319.235	1.191.051	1.462.693	1.326.729
Valor adicionado recebido em transferência	424.042	275.470	371.188	230.344
Resultado de equivalência patrimonial	153.510	75.097	92.999	27.560
Receitas financeiras	227.109	156.303	235.482	158.689
Outras	43.423	44.070	42.707	44.095
Valor adicionado total a distribuir	1.743.277	1.466.521	1.833.881	1.557.073
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	286.274	261.116	314.521	294.846
Remuneração direta	198.514	181.403	223.323	207.017
Benefícios	73.843	66.380	77.277	74.476
FGTS	13.917	13.333	13.921	13.353
Impostos, taxas e contribuições	444.690	312.740	486.466	351.320
Federais	328.320	222.697	369.812	260.938
Estaduais	116.370	90.043	116.654	90.382
Remuneração de capitais de terceiros	387.086	570.908	389.313	572.383
Juros	363.583	527.599	365.791	528.902
Aluguéis	2.315	2.229	2.315	2.229
Variações cambiais	(29.800)	31.712	(30.761)	31.222
Outros	50.988	9.368	51.968	10.030
Remuneração de capitais próprios	625.227	321.757	643.581	338.524
Dividendos	150.357	82.402	150.357	82.402
Lucros retidos do período	474.870	239.355	474.870	239.355
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	18.354	16.767
Valor adicionado distribuído e retido	1.743.277	1.466.521	1.833.881	1.557.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



1. Contexto operacional

A Açucareira Quatá S.A. (“Companhia”, “Companhia e suas controladas”, “Controladora” ou “AQ”) é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (“Cooperativa”), cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, nos mercados interno e externo, é rateado para cada cooperado, conforme as regras legais definidas pelo Parecer Normativo CST n° 66, de 5 de setembro de 1986 (PN 66). Também compreendem o objeto operacional da Companhia a cogeração de energia elétrica utilizada para o consumo interno e para a comercialização com terceiros, além da participação no capital de outras empresas. A Companhia atua na produção de derivados de levedura para comercialização independente da Cooperativa, substancialmente, no mercado externo por meio da unidade de negócio Biorigin.

Pandemia do Covid -19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia realizou estudos incorporando em suas projeções de longo prazo cenários desafiadores e pessimistas de maneira a verificar como os seus fluxos de caixa se comportariam levando em consideração o ambiente mais desafiador, após essas simulações a Companhia não identificou ajustes materiais e está confortável que possuirá condições de honrar com os seus compromissos em um futuro previsível. Os fluxos de caixas realizados durante os meses de abril e maio corroboram essa resiliência.

Guerra na Ucrânia

A Guerra entre Rússia e Ucrânia, que se iniciou em fevereiro de 2022, vem afetando a economia Global, sendo que podemos destacar os seguintes impactos: i) aumento no preço do petróleo e seus derivados; ii) aumento no preço de fertilizantes; iii) aumento no preço de commodities; iv) piora na cadeia de suprimentos global que já estava fragilizada pela Covid-19; entre outros efeitos econômicos e humanitários.

A Companhia foi impactada positivamente pelo aumento nos preços das commodities que influenciam o preço das terras arrendadas pela Companhia, por outro lado ou aumento na inflação motivou o aumento na taxa Selic e influenciou o aumento no CDI que é o índice que corrige a dívidas da Companhia.

A Administração realizou estudos incorporando em suas projeções de longo prazo cenários desafiadores e pessimistas buscando verificar como os seus fluxos de caixa se comportariam levando em consideração os desafios trazidos pela Guerra na Ucrânia. Após essas simulações, a Companhia não identificou ajustes materiais e está confortável que possuirá condições de honrar com os seus compromissos em um futuro previsível. Os fluxos de caixas realizados nos últimos meses corroboram essa resiliência.



2. Apresentação das demonstrações financeiras combinadas e principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico, como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído do imobilizado na data de transição para os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis “CPC”, exceto pelas propriedades para investimento, instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívidas ou patrimoniais e constrações contingentes que foram mensurados pelo valor justo. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em acréscimo, a Companhia apresenta um balanço patrimonial adicional no início do exercício mais antigo divulgado, quando se realiza aplicação retrospectiva de uma política contábil, reapresentação retrospectiva ou reclassificação de itens nas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial adicional na data-base de 1º de abril de 2020 é apresentado nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido à reapresentação retrospectiva para correção de erro (Nota 9).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Zilor, estão apresentados na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 05 de julho de 2022.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.



4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais estão incluídas nas notas explicativas: 21 – Investimentos: determinação se a Companhia e suas controladas têm influência significativa sobre uma investida; 33 – Receita operacional líquida: se a receita de açúcar, etanol e levedura é reconhecido durante o exercício correto, ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo; consolidação: 2.2 – A Açucareira Quatá detém de fato controle sobre as investidas; e 23 – o prazo dos arrendamentos foi mensurado de acordo com as validades dos seus contratos, sem certeza de exercer opção de prorrogação.

4.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Nota Explicativa nº 16: Ativos biológicos

O valor justo do ativo biológico da Companhia representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para este ativo, que é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados.

Nota Explicativa nº 19: Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.



4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

4.2. Incertezas sobre premissas e estimativas--Continuação

Nota Explicativa nº 23: Taxa de desconto para direito de uso

- Para cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento foi utilizada uma projeção de CDI Futuro baseada na vida útil dos contratos de terras vigentes.

Nota Explicativa nº 22: Revisão da vida útil do imobilizado

- Para os ativos com vida útil definida é revisada no fechamento de cada exercício social a vida útil econômica remanescente do ativo. Já para os ativos com vida útil econômica indefinida é realizado no fechamento do exercício social o teste de recuperabilidade de ativos e as perdas por teste de recuperabilidade são reconhecidas se, e somente se, o valor recuperável do ativo for menor do que o valor contábil.

Nota Explicativa nº 30: Provisões

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos.

4.3. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como propriedades para investimento) ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Açucareira.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.



4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

4.3. Mensuração do valor justo--Continuação

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pelo comitê de avaliação, após discussão com o comitê de auditoria e respectiva aprovação dele recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas. Normalmente, há rodízio de avaliadores a cada três anos. O comitê de avaliação decide, após discussão com os avaliadores externos da Companhia, quais técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso.

Em cada data de reporte, o comitê de avaliação analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia. Para fins dessa análise, o comitê de avaliação confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.



4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

4.3. Mensuração do valor justo--Continuação

O comitê de avaliação, em conjunto com os avaliadores externos da Companhia também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

Em caráter interino, o comitê de avaliação e os avaliadores externos da Companhia apresentam os resultados da avaliação ao comitê de auditoria e aos auditores independentes da Companhia, bem como uma discussão sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.



6. Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos as principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas:

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2022. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidora).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Base de consolidação--Continuação

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo relacionados com transações entre membros da Companhia são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes controladas:

Atividade Operacional	Empresas consolidadas				
	31/03/2022		31/03/2021		
	Direta	Indireta	Direta	Indireta	
Açucareira Quatá S.A.					
Biorigin Europe N.V. (Biorigin Europe)	Revenda de levedura	100%	-	100%	-
Biorigin USA, LLC (Biorigin USA)	Holding	100%	-	100%	-
PTX Food Corp. (PTX)	Fabricação e revenda	-	100%	-	100%
TPZB Realty, LLC (TPZB)	Imóvel	-	100%	-	100%
União São Paulo S.A. Agric. Ind. E Comércio (USP)	Administrativas	46%	-	46%	-
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC)	Investimentos	35%	-	-	-

Os investimentos dos consolidados são compostos pelas seguintes coligadas:

Atividade Operacional	Coligadas		
	31/03/2022	31/03/2021	
Açucareira Quatá S.A.			
Copersucar S.A.	Investimentos	12,41%	12,41%
Centro de Tecnologia Canavieira (CTC)	Investimentos	0,98%	0,98%



6. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Moeda estrangeira

i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- Investimento em títulos patrimoniais designados a VJORA Valor justo através de outros resultados abrangentes);
- Passivo financeiro designado como hedge do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que o hedge é efetivo (veja (j)); e
- Um hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo.

ii) *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Moeda estrangeira--Continuação

ii) *Operações no exterior*--Continuação

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente à diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

c) Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece a receita quando seu valor possa ser mensurado com segurança, sendo provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda:

i) *Venda de produtos - açúcar e etanol*

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia e suas controladas em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no PN 66.

ii) *Venda de produtos - derivados de levedura, energia elétrica e outros*

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transferem cumprem com a obrigação de desempenho.

A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de abril de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa acima. Não foram identificados impactos relevantes quando da aplicação inicial do CPC 47.

d) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Receita de dividendos;



6. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Receitas financeiras e despesas financeiras--Continuação

- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, a parcela do lucro real que exceder R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) ao ano sujeita-se à incidência do adicional à alíquota de 10% (dez por cento) para imposto de renda, e 9% para contribuição social sobre o lucro líquido, para ambos considera-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas determinaram que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão em que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;
- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente;
- Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável;
- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando essas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço;



6. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*--Continuação

- A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos; e
- Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f) Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, determinado no seu reconhecimento inicial e na data base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo do ativo biológico, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com plantio e tratamentos culturais do ativo biológico até o momento da avaliação, deduzidas as eventuais variações acumuladas do valor justo de exercícios anteriores, sendo registrado na rubrica "Variação no Valor Justo do Ativo Biológico", deduzidos dos custos de vendas, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

g) Estoques

Os estoques correspondem ao custo de produção e de aquisição de insumos, materiais de manutenção e de uso e consumo e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de execução e as despesas de venda. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

h) Imobilizado

- Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

i) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

ii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Imobilizado--Continuação

ii) Depreciação--Continuação

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na nota explicativa 23.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i) Ativos intangíveis

i) Reconhecimento e mensuração

Pesquisa e desenvolvimento

- Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controlada se que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas estão demonstradas na nota explicativa 22.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Ativos intangíveis--Continuação

iii) *Amortização--Continuação*

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j) Instrumentos financeiros

i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

As contas a receber de clientes são substancialmente decorrentes da venda de derivados de levedura e energia elétrica e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas de crédito (*impairment*).

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja umas contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo através do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;



6. Principais políticas contábeis—Continuação

j) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente*--Continuação

Instrumentos financeiros--Continuação

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 31). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;



6. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente--Continuação*

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio--Continuação

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).



6. Principais políticas contábeis—Continuação

j) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Classificação e mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros--Continuação

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas classificaram os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativo financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são remensuradas pelo valor justo na data das demonstrações financeiras individuais e as alterações são contabilizadas no resultado em "Receitas financeiras" e/ou "Despesas financeiras".



6. Principais políticas contábeis—Continuação

j) Instrumentos financeiros--Continuação

iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



6. Principais políticas contábeis—Continuação

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

i) *Ativos financeiros não derivativos*--Continuação

Instrumentos financeiros e ativos contratuais--Continuação

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.

A gestão do risco de crédito da Companhia e suas controladas em relação a clientes, no que pertence ao negócio açúcar e etanol, é centrada no relacionamento formalizado com a Cooperativa e com a Coopersucar S.A. Para os demais negócios, derivados de levedura e energia elétrica, é adotada como prática a análise da situação financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisão, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisão, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.



6. Principais políticas contábeis—Continuação

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)--Continuação

i) *Ativos financeiros não derivativos*--Continuação

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)--Continuação

i) *Ativos financeiros não derivativos*--Continuação

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)--Continuação

i) *Ativos financeiros não derivativos*--Continuação

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado

- A Companhia e suas controladas consideravam evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.
- Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizavam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.
- Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideraram que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)--Continuação

ii) *Ativos não financeiros*--Continuação

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas ao valor presente quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.



6. Principais políticas contábeis—Continuação

n) Arrendamentos

No exercício findo em 31 de março de 2022 a Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, A Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Arrendamentos--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, A Companhia usa a sua taxa de CDI na data de término do contrato porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

o) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 6).

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

o) Mensuração do valor justo--Continuação

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

p) Benefícios a empregados

i) *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.



7. Impactos das novas CPC/IFRS e ICPC/IFRIC nas demonstrações financeiras

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de abril de 2021:

- Alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC40 – Instrumentos Financeiros, IFRS 4 – Contratos de Seguro e IFRS 16 – Arrendamentos: as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

8. Novas CPC/IFRS e Interpretações do ICPC/IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

- **Alteração ao IAS 16/CPC 27 – Ativo Imobilizado:** em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2022.
- **Alteração ao IAS 37/CPC 25 – Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2022.
- **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 – Combinação de Negócios:** emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2022.
- **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:** em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2022:
 - (i) IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros: esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Arrendamentos: alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.



8. Novas CPC/IFRS e Interpretações do ICPC/IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras-- Continuação

- **Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem o que significa um direito de postergar a liquidação, que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório, que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação e ainda, que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2023.
- **Alterações ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2023.
- **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2023.

Não esperamos impactos materiais para a Companhia pelas alterações mencionadas acima. Não há outras normas IFRS/CPC ou interpretações IFRIC/ICPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.



9. Reapresentação dos valores correspondentes

A Administração da Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2021 e saldo de abertura em 1º de abril de 2020 em função da correção de erros identificados no exercício corrente. Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e produziram os seguintes impactos nas demonstrações financeiras da Companhia em relação aos valores anteriormente apresentados:

	Controladora			Consolidado		
	Resultado	Patrimônio Líquido		Resultado	Patrimônio Líquido	
	31/03/2021	31/03/2021	01/04/2020	31/03/2021	31/03/2021	01/04/2020
Saldos originalmente apresentados	340.073	722.144	460.313	356.840	770.016	491.418
Ajuste de reconhecimento e mensuração do arrendamento relacionado ao CPC 06 (R2) - Arrendamento (i)	(21.934)	(74.416)	(52.484)	(21.934)	(74.416)	(52.484)
Ajuste de reconhecimento da receita de energia baseada na transferência e controle dos produtos aos clientes, conforme CPC 47 - Receita de contrato com cliente (ii)	(739)	(6.789)	(6.047)	(739)	(6.789)	(6.047)
Custo dos estoques (iii)	(5.076)	(3.351)	-	(5.076)	(3.351)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (iv)	9.433	27.610	19.901	9.433	27.610	19.901
	(18.316)	(56.946)	(38.630)	(18.316)	(56.946)	(38.630)
Saldos reapresentados	321.757	665.198	421.683	338.524	713.070	452.788

Os impactos dessas alterações nos balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de março de 2021 e 1º de abril de 2020, além dos impactos na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de março de 2021 estão apresentados a seguir:



9. Reapresentação dos valores correspondentes--Continuação

Balanco patrimonial

Balanco patrimonial	Controladora			Consolidado		
	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2021
	Reapresentado	Ajuste	Original	Reapresentado	Ajuste	Original
Ativo Circulante						
Instrumentos financeiros derivativos (x)	30.487	15.234	15.253	30.487	15.234	15.253
Clientes e outras contas a receber (xi)	148.548	5.304	143.244	126.274	5.304	120.970
Estoques (iii)	126.123	(5.076)	131.199	220.349	(5.076)	225.425
Adiantamentos a fornecedores (vi) e (xi)	18.970	18.970	-	18.970	18.970	-
Outros ativos circulantes	1.659.989	-	1.659.989	1.749.241	-	1.749.241
Ativo não circulante						
Adiantamentos a fornecedores (vi) e (xi)	-	(46.978)	46.978	-	(46.979)	46.979
Ativo fiscal diferido (iv)	50.355	29.336	21.019	54.005	29.336	24.669
Direito de uso (i)	1.503.691	(163.224)	1.666.915	1.503.691	(163.224)	1.666.915
Outros ativos não circulantes	2.083.760	-	2.083.760	2.113.085	-	2.113.085
Total do ativo	5.621.923	(146.434)	5.768.357	5.816.102	(146.435)	5.962.537
Passivo Circulante						
Fornecedores (v) e (vi)	268.160	(27.784)	295.944	274.290	(27.784)	302.074
Instrumentos financeiros derivativos (x)	15.234	15.234	-	15.234	15.234	-
Passivo de arrendamento (i)	186.327	(105.432)	291.759	186.327	(105.432)	291.759
Salários e contribuições sociais (vi)	61.612	5.080	56.532	66.057	5.080	60.977
Outras contas a pagar (ii) e (vii)	13.483	11.702	1.781	17.436	11.701	5.735
Outros passivos circulantes	642.905	-	642.905	695.171	-	695.171
Passivo não circulante						
Passivo de arrendamento (i)	1.288.361	16.624	1.271.737	1.288.361	16.624	1.271.737
Outras contas a pagar (vii)	35.994	(4.912)	40.906	35.994	(4.912)	40.906
Outros passivos não circulantes	2.444.649	-	2.444.649	2.524.162	-	2.524.162
Total do passivo	4.956.725	(89.488)	5.046.213	5.103.032	(89.489)	5.192.521
Patrimônio líquido						
Patrimônio líquido	665.198	(56.946)	722.144	713.070	(56.946)	770.016
Total do passivo e do patrimônio líquido	5.621.923	(146.434)	5.768.357	5.816.102	(146.435)	5.962.537

Balanco patrimonial	Controladora			Consolidado		
	01/04/2020	01/04/2020	01/04/2020	01/04/2020	01/04/2020	01/04/2020
	Reapresentado	Ajuste	Original	Reapresentado	Ajuste	Original
Ativo Circulante						
Adiantamentos a fornecedores (vi)	26.047	26.047	-	26.048	26.048	-
Outros ativos circulantes	1.651.965	-	1.651.965	1.746.624	-	1.746.624
Ativo não circulante						
Clientes e outras contas a receber (viii)	17.061	(38.834)	55.895	19.762	(47.772)	67.534
Adiantamentos a fornecedores (vi)	-	(26.047)	26.047	-	(26.048)	26.048
Depositos judiciais (viii)	55.417	55.417	-	94.002	94.002	-
Ativo fiscal diferido (iv)	93.248	19.901	73.347	100.745	19.901	80.844
Direito de uso (i)	1.390.960	(107.828)	1.498.788	1.390.960	(107.828)	1.498.788
Outros ativos não circulantes	1.858.552	-	1.858.552	1.841.706	-	1.841.706
Total do ativo	5.093.250	(71.344)	5.164.594	5.219.847	(41.697)	5.261.544
Passivo Circulante						
Passivo de arrendamento (i)	163.547	(61.300)	224.847	163.547	(61.300)	224.847
Outras contas a pagar (ii)	8.261	6.047	2.214	10.551	6.047	4.504
Outros passivos circulantes	950.838	-	950.838	994.635	-	994.635
Passivo não circulante						
Passivo de arrendamento (i)	1.193.143	5.956	1.187.187	1.193.143	5.956	1.187.187
Provisões (viii)	126.747	16.583	110.164	164.756	46.230	118.526
Outros passivos não circulantes	2.229.031	-	2.229.031	2.240.427	-	2.240.427
Total do passivo	4.671.567	(32.714)	4.704.281	4.767.059	(3.067)	4.770.126
Patrimônio líquido						
Patrimônio líquido	421.683	(38.630)	460.313	452.788	(38.630)	491.418
Total do passivo e do patrimônio líquido	5.093.250	(71.344)	5.164.594	5.219.847	(41.697)	5.261.544

O ajuste no saldo de abertura (1º de abril de 2020) - no montante de R\$ 38.630 - está sendo apresentado nas demonstrações das mutação do patrimônio líquido.



9. Reapresentação dos valores correspondentes--Continuação

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado	Controladora			Consolidado		
	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2021
	Reapresentado	Ajuste	Original	Reapresentado	Ajuste	Original
Receita operacional líquida (v)	2.208.901	(56.504)	2.265.405	2.425.283	(71.103)	2.496.386
Variação no valor justo do ativo biológico	74.640	-	74.640	74.640	-	74.640
Custos dos produtos vendidos (i), (ii), (iii) e (v)	(1.649.054)	91.319	(1.740.373)	(1.766.081)	98.133	(1.864.214)
Lucro Bruto	634.487	34.815	599.672	733.842	27.030	706.812
Despesas de vendas (v)	(55.841)	55.762	(111.603)	(89.358)	61.786	(151.144)
Despesas administrativas e gerais	(101.290)	-	(101.290)	(118.365)	(2)	(118.363)
Outras receitas operacionais líquidas	264.027	-	264.027	316.170	1.753	314.417
Resultado antes das receitas financeiras líquidas	741.383	90.577	650.806	842.289	90.567	751.722
Receitas financeiras	156.303	-	156.303	158.689	-	158.689
Despesas financeiras (i)	(527.599)	(118.328)	(409.271)	(528.902)	(118.318)	(410.584)
Variações cambiais líquidas	(31.712)	-	(31.712)	(31.222)	-	(31.222)
Financeiras líquidas	(403.008)	(118.328)	(284.680)	(401.435)	(118.318)	(283.117)
Participação nos resultados de empresas investidas	75.097	-	75.097	27.560	-	27.560
Lucro antes dos impostos	413.472	(27.751)	441.223	468.414	(27.751)	496.165
Imposto de renda e contribuição corrente	(48.822)	-	(48.822)	(86.996)	-	(86.996)
Imposto de renda e contribuição diferido (iv)	(42.893)	9.435	(52.328)	(42.894)	9.435	(52.329)
Lucro líquido do período	321.757	(18.316)	340.073	338.524	(18.316)	356.840
Resultado atribuído aos:						
Acionistas controladores	321.757	(18.316)	340.073	321.757	(18.316)	340.073
Acionistas não controladores	-	-	-	16.767	-	16.767
Lucro líquido do período	321.757	(18.316)	340.073	338.524	(18.316)	356.840

Demonstração do fluxo de caixa

Demonstração do fluxo de caixa	Controladora			Consolidado		
	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2021
	Reapresentado	Ajuste	Original	Reapresentado	Ajuste	Original
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	413.472	(27.751)	441.223	468.414	(27.751)	496.165
Consumo do ativo biológico (xii)	(23.330)	(78.359)	55.029	(23.330)	(78.359)	55.029
Outros ajustes	486.444	27.751	458.693	443.148	27.751	415.397
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	876.586	(78.359)	954.945	888.232	(78.359)	966.591
Gastos com plantio e tratamentos culturais (xii)	(124.425)	78.359	(202.784)	(124.425)	78.359	(202.784)
Outras atividades de investimentos	(205.988)	-	(205.988)	(209.967)	-	(209.967)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	(330.413)	78.359	(408.772)	(334.392)	78.359	(412.751)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(317.512)	-	(317.512)	(317.790)	-	(317.790)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquido	228.661	-	228.661	236.050	-	236.050
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	917.062	-	917.062	995.605	-	995.605
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.145.723	-	1.145.723	1.231.655	-	1.231.655

No exercício corrente, a Companhia optou por apresentar as demonstrações dos valores adicionados, dessa forma não há reapresentação. Nas demonstrações do resultado abrangente, os efeitos não os mesmos apresentados acima nas demonstrações do resultado.



9. Reapresentação dos valores correspondentes--Continuação

Ajustes

- (i) A Companhia revisitou a sua metodologia de cálculo referente ao reconhecimento de seus arrendamentos, conforme CPC 06 (R2) – Arrendamento, e decidiu aperfeiçoar o critério para obtenção da taxa de desconto utilizadas para o cálculo do valor presente dos contratos de parceria, essa melhoria reflete melhor os riscos dos referidos contratos de arrendamento, a Açucareira Quatá passou a utilizar a curva futura do CDI divulgada pela B3 de acordo com o prazo de vigência de cada contrato. Adicionalmente passou a realizar a atualização dos preços referentes aos contratos junto à Companhia Agrícola Quatá.
- (ii) O reconhecimento da receita referente aos contratos bilaterais de comercialização de energia, foi adequado às especificações do pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Assim o reconhecimento da receita passou a ser realizado não mais pela emissão da nota fiscal e sim pela entrega da energia gerada aos clientes.
- (iii) Ajuste de estoque em poder de terceiros (Copersucar).
- (iv) Efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes acima.

Reclassificações

Em atendimento aos pronunciamentos técnico CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras e CPC 03 (R2) Demonstração dos fluxos de caixa , a Companhia efetuou as seguintes reclassificações:

- (v) Custos com fretes de comercialização dos produtos para receita líquida anteriormente classificado como despesas de vendas.
- (vi) Fornecedores de partes relacionadas.
- (vii) Salários e encargos sociais para fornecedores.
- (viii) Refere-se a reclassificação de depósitos judiciais para o ativo não circulante, anteriormente reconhecido como redutora da provisão, e compensação de ativos e passivos (outras contas a receber e provisão).
- (ix) Refere-se a reclassificação de adiantamento de clientes entre ativo não circulante e circulante.
- (x) Refere-se a reclassificação entre ativo circulante e passivo circulante de instrumentos financeiros derivativos.
- (xi) Refere-se a reclassificação de perdas esperadas de liquidação duvidosa de clientes e outras contas a receber para adiantamentos a fornecedores.
- (xii) Reclassificação dos fluxos de caixas das gastos com tratos culturais entre a linha de investimentos e o grupo de atividades operacionais.



10. Caixa e equivalentes de caixa

Itens de caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Caixa e bancos	94.582	63.609	112.057	75.364
Aplicações financeiras	1.499.055	1.082.114	1.609.008	1.156.291
Total	1.593.637	1.145.723	1.721.065	1.231.655

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações compromissadas, com garantia de recompra pelos bancos e certificados de depósitos bancários, ambos remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, numa média ponderada de 103,82% (99,95% em março de 2021), que podem ser resgatadas a qualquer momento sem perdas significativas.

11. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Aplicações financeiras restritas (i)	-	-	28.079	26.130
FIDC	44.791	-	130.957	-
Total	44.791	-	159.036	26.130

(i) Referem-se as aplicações financeiras restritas da USP no valor de R\$ 28.079, remunerado pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI, numa média ponderada de 98,61%, esse valor é oriundo de discussão judicial tributária do IRPJ e CSLL, do período de 1994 e 1995. Tal litígio iniciou a via judicial, tendo em vista o trânsito em julgado desfavorável na via administrativa. Em vista disso fez-se necessário a contratação de uma fiança bancária para garantia do débito discutido (garantia real). Na emissão dessa garantia, foi acordado com o banco contratado que seja fixada uma aplicação restrita reduzindo assim as taxas da fiança.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)

A Companhia incentivou e apoiou o Programa de Financiamento de Parceiros Agrícolas, que visa facilitar o acesso ao crédito e a diminuição da concessão de avais para o financiamento das atividades operacionais dos Parceiros Agrícolas, através da cessão de recebíveis fruto da produção de cana-de-açúcar dos Parceiros Agrícolas da Zilor para a estruturação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), no montante de R\$ 120.452. A Zilor apesar de detentora das contas subordinadas do Fundo não é garantidora dos retornos ou de mitigação de perdas aos demais cotistas, o que limita a sua exposição ao investimento realizado por ela na operação no dia 01 de junho de 2021 no montante de R\$ 42.000.

Em 01 de junho de 2021, a Açucareira Quatá S.A. assinou (i) Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Produtores Rurais *Receivables* e ii) Boletim de Subscrição de Cotas da 1ª Emissão de Cotas do FIDC Produtores Rurais Subordinadas *Receivables*, cuja integralização de recursos ocorreu em 01 de junho de 2021 no montante de R\$ 42.000.

Com o apoio do BTG Pactual Asset (gestor, administrador e custodiante), o Fundo foi estruturado tendo como cotistas inicialmente a Companhia, que participa com cota subordinada no valor atualizado de R\$ 42.057, correspondendo a 35% do fundo, bem como o Banco BTG Pactual S/A, que participa com cotas mezanino e sênior, correspondendo a 15% e 50% do fundo, respectivamente, sendo o BTG Pactual S/A responsável por essas referidas cotas, no montante atualizado de R\$ 86.166 em 31 de março de 2022, conforme patrimônio líquido do fundo.



11. Aplicações financeiras--Continuação

Seguindo as regras contábeis atualmente vigentes, a Companhia consolida em suas demonstrações financeiras as demonstrações contábeis do FIDC Produtores Rurais Receivables, sendo que essa consolidação aumenta os ativos e passivos e resultado da Companhia nas seguintes rubricas conforme quadro abaixo:

	<u>31/03/2022</u>
Aplicações financeiras - FIDC mezanino/sênior	78.000
Juros FIDC mezanino/sênior	8.166
Total ativo	86.166
Empréstimos, financiamentos e debêntures - FIDC	78.000
Juros empréstimos - FIDC mezanino/sênior	8.166
Total passivo	86.166

12. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam como instrumento de proteção cambial, operações de NDF (Non-Deliverable Forwards), contratadas para proteção da projeção de exportação de derivados de levedura e açúcar, as operações de NDF estão refletidas nas demonstrações contábeis da Companhia com base na marcação a mercado fornecida pelas Instituições Financeiras detentora do contrato da operação.

	<u>Controladora e Consolidado</u>					
	<u>31/03/2022</u>			<u>31/03/2021</u>		
	Valor de referência (nocional) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro (*)	Valor de referência (nocional) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro (*)
Swap de moeda e taxa de juros (USD x CDI)						
Swap de valor justo - (USD)	9.490	46.280	46.280	17.484	103.122	103.122
Swap de valor justo - (BRL)	(39.114)	(40.097)	(40.097)	(71.977)	(73.880)	(73.880)
Contrato a termo - NDF						
Posição vendida						
Moeda estrangeira (USD)	24.150	19.955	19.955	34.200	(7.790)	(7.790)
Moeda estrangeira (EURO)	25.800	31.199	31.199	(33.900)	(6.199)	(6.199)
		<u>57.337</u>			<u>15.253</u>	
Ativo circulante		<u>57.424</u>			<u>30.487</u>	
Passivo circulante		<u>(87)</u>			<u>(15.234)</u>	

(*) Valores de resultados apurados no exercício findo em 31 de março de 2022 e 2021, somente para os derivativos em aberto nessas datas.

13. Clientes e outras contas a receber

	Nota	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Contas a receber mercado interno		20.606	36.070	15.144	12.892
Contas a receber mercado externo		-	4.404	101.079	127.900
Contas a receber mercado externo - (Biorigin USA e Biorigin Europe)	20	118.005	120.721	-	-
Outras contas a receber		7.862	7.497	8.827	8.795
		<u>146.473</u>	<u>168.692</u>	<u>125.050</u>	<u>149.587</u>
Circulante		(137.534)	(148.548)	(115.974)	(126.274)
Não circulante		<u>8.939</u>	<u>20.144</u>	<u>9.076</u>	<u>23.313</u>



13. Clientes e outras contas a receber--Continuação

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
A vencer				
Até 30 dias	16.886	14.498	36.456	40.007
De 31 a 90 dias	22.885	31.867	51.615	61.461
De 91 a 180 dias	15.175	14.354	12.088	2.080
Acima de 180 dias	11.218	20.923	11.355	23.832
Vencidos				
Até 30 dias	16.618	17.505	12.109	12.841
De 31 a 90 dias	19.404	24.629	390	5.276
De 91 a 180 dias	25.913	32.069	436	3.844
Acima de 180 dias	18.374	12.847	601	246
	146.473	168.692	125.050	149.587

A AQ mensura como perda de crédito para títulos de dívida de baixo risco ou outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Todos os títulos registrados são avaliados, sendo que aqueles com vencimentos superiores a 30 dias começam a ser avaliados qualitativamente e clientes aberto com mais de 6 meses e até R\$ 15, se faz a baixa definitiva do valor, pois considera-se que o valor dificilmente será recuperado.

14. Contas a receber - Cooperativa

Correspondem aos valores de R\$ 183.408 consolidado e R\$ 182.755 controladora (R\$ 161.650 consolidado e R\$ 160.919 controladora em março de 2021) a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o PN 66, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da Companhia.

Conforme divulgado na nota explicativa 1, os montantes relacionados às contas a receber Cooperativa referem-se a operações relacionadas aos atos cooperados, sendo assim, a Administração não prevê possibilidades de perdas decorrentes dessas operações.

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e Etanol realizadas na década de 1980. Em março de 2019, foi realizado o levantamento pela Cooperativa de uma primeira parcela do primeiro precatório expedido no curso do referido processo, no valor bruto de R\$ 906.000, representando 5,5% do total das requisições de pagamento. Ainda se encontram pendentes recursos e ações judiciais para os quais, na data base da elaboração das demonstrações financeiras da Cooperativa, a melhor estimativa da Administração é de ser o crédito provável, mas não praticamente certo, estes valores podem gerar recebíveis de aproximadamente R\$ 1,4 Bilhão (valores atualizados em 31 de março de 2022 considerando o percentual de participação da Companhia).



14. Contas a receber - Cooperativa--Continuação

a) Outros ativos financeiros

A empresa recebeu até a data de 31 de março de 2022, referente as parcelas de precatório no montante líquido de R\$ 1.045.544 e a Copersucar reteve o valor de R\$ 124.148

Na safra 18/19 a companhia recebeu líquido R\$ 90.975, referente 1ª parcela do 1º Precatório a Copersucar reteve R\$ 14.388 referente a pis/cofins.

Na safra 19/20 a companhia recebeu líquido R\$ 290.309, referente 2ª parcela do 1º Precatório e 1ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 33.384 referente a pis/cofins.

Na safra 20/21 a companhia recebeu líquido R\$ 318.762, referente 3ª parcela do 1º Precatório e 2ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 36.657 referente a pis/cofins.

Na safra 21/22 a companhia recebeu líquido R\$ 345.498, referente 4ª parcela do 1º Precatório e 3ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 39.719 referente a pis/cofins.

A empresa está discutindo judicialmente a incidência do tributos pis/cofins.

15. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Produtos acabados entregues à Cooperativa				
Açúcar	2.253	638	2.253	638
Etanol	1.249	604	1.249	604
Derivados de levedura	70.882	59.758	167.935	154.550
Produtos semi-acabados	8.562	6.902	8.705	6.902
Insumos, materiais auxiliares, de manutenção e outros	151.266	82.750	176.639	97.670
Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques (i)	(11.637)	(24.529)	(26.568)	(40.015)
	222.575	126.123	330.213	220.349
			Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de março de 2021			24.529	40.015
Reversão de provisão			(22.315)	(36.186)
Constituição de provisão			9.423	22.739
Saldo em 31 de março de 2022			11.637	26.568



16. Ativos biológicos

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Custo histórico	96.155	77.096
Valor justo	296.338	217.179
Ao final do exercício	392.493	294.275

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
No início o exercício	294.275	196.305
Aumentos decorrentes de tratos culturais	94.072	78.359
Redução decorrentes da colheita	(75.013)	(55.029)
Variação no valor justo	79.159	74.640
Ao final do exercício	392.493	294.275

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Área estimada de colheita (hectares)	50.317	49.731
Produtividade do canavial (tonelada/hectare)	64	70
Quantidade de ATR (kg)	135,10	134,40
Valor médio ATR	1,7906	1,3507
Taxa de desconto - WACC	9,87%	9,87%

Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas

A Companhia está exposta aos seguintes riscos relacionados às suas plantações:

i) *Riscos regulatórios e ambientais*

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Administração estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais e realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes sejam suficientes para gerir esses riscos.

ii) *Risco de oferta e demanda*

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol e derivados de levedura produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, é realizada a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado. A Administração realiza análises de tendência regulares do setor para garantir que as estratégias operacionais estejam em linha com o mercado e assegurem que os volumes de produção projetados sejam coerentes com a demanda esperada.



16. Ativos biológicos--Continuação

Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas--Continuação

iii) *Riscos climáticos e outros*

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do Açúcar Total Recuperável - ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, no resultado operacional da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região sudeste do Brasil.

17. Depósitos judiciais

	Controladora			31 de março de 2022
	1º de abril de 2021	Adições	Reversões	
Tributárias (i)	119.056	75.994	-	195.050
Cíveis e ambientais	21	1	-	22
Trabalhistas	2.648	-	(408)	2.240
Total de depósitos judiciais	121.725	75.995	(408)	197.312

	Consolidado			31 de março de 2022
	1º de abril de 2021	Adições	Reversões	
Tributárias (i)	184.170	75.995	-	260.165
Cíveis e ambientais	26	1	-	27
Trabalhistas	2.648	-	(408)	2.240
Total de depósitos judiciais	186.844	75.996	(408)	262.432

(i) Referem-se a depósitos judiciais da ação indenizatória do IAA no valor de R\$ 195.050 na controladora e R\$ 260.165 no consolidado em 31 de março de 2022.



18. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (i)	49.617	46.911	49.617	46.914
PIS - Programa de Integração Social (i)	1.187	983	1.187	983
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (i)	4.485	4.511	4.485	4.511
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (ii)	3.433	20	5.049	250
REINTEGRA - Regime Especial de Reint. de Val. Tributários (iii)	2.923	2.542	2.923	2.542
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	18.473	2.005	20.857	4.125
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	5.610	759	5.993	797
Outros	3.873	1.493	3.784	1.417
	89.601	59.224	93.895	61.539
Circulante	(47.522)	(26.707)	(51.816)	(29.023)
Não circulante	42.079	32.517	42.079	32.516

- (i) Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza em escrituração gráfica, além da compensação em conta gráfica, os créditos podem ser transferidos para a Cooperativa.
- (ii) Corresponde ao imposto de renda retido sobre aplicações financeiras. O imposto retido compõe o saldo negativo de imposto de renda ao final de cada exercício fiscal e pode ser compensado com qualquer tributo administrado pela Receita Federal do Brasil. A Administração da Zilor estima que o saldo existente será realizado no curso normal de suas operações sem ocorrência de perdas.
- (iii) Refere-se ao regime especial instituído por meio da Lei 12.546/2011, conversão da Medida Provisória 540/2011, com vigência inicial até 31 de dezembro de 2012, prorrogada até 31 de dezembro de 2013, objetivando o aumento da competitividade da indústria nacional, como parte do Plano Brasil Maior ("PBM"), no qual busca-se a desoneração das exportações, ressarcindo ao exportador de bens industrializados até 3% do valor exportado.

Fruto da reorganização patrimonial, todo o crédito de ICMS acumulado pela CAQ na data de 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 26.122 foram transferidos para a Companhia e, poderão, conforme a necessidade, ser transferido da Companhia para a Cooperativa. A partir de 1º de janeiro de 2019 a Companhia na condição de produtor agrícola passou apropriar os créditos de ICMS dessa atividade que, além da compensação em conta gráfica, poderá proceder com a transferência para a Cooperativa. O Saldo do crédito de ICMS oriundo da incorporação da CAQ na presente data é de R\$ 13.166.

Na eventualidade de remanescerem créditos acumulados da atividade agrícola por meio dos estabelecimentos agrícolas filiais da Companhia, esta poderá se valer do processo de crédito acumulado de acordo com a legislação do Estado de São Paulo para viabilizar sua completa monetização.

Em relação ao pis e cofins, os créditos vinculados nas receitas de exportação e nas receitas oriundas do açúcar comercializados no mercado interno, além da compensação em conta gráfica, podem ser compensados com qualquer tributo administrado pela Receita Federal do Brasil e ou Pedido de Ressarcimento em moeda.

Tanto em relação aos créditos de ICMS, como aos créditos de PIS e COFINS, a Administração da Companhia estima que os saldos existentes em 31 de março de 2022 serão realizados no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas.



19. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição, natureza e realização dos impostos de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		
	Saldo em 31 de março de 2021	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2022
Ativo não circulante			
Prejuízos fiscais do imposto de renda	146.112	(36.645)	109.467
Base negativa da contribuição social	52.984	(12.471)	40.513
Provisão para contingências	62.864	26.324	89.188
Arredamento mercantil	51.628	33.635	85.263
Provisão de créditos tributários	5.737	-	5.737
Auto de infração AI-1770	8.505	(2.202)	6.303
PMR / Provisão NF Serviços	12.071	(2.004)	10.067
Outros	25.317	(10.094)	15.223
	365.218	(3.457)	361.761
Passivo não circulante			
Imobilizado – custo atribuído	(32.053)	6.660	(25.393)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(169.576)	6.311	(163.265)
Ajuste a valor presente	(14.235)	(1.863)	(16.098)
Ativo biológico	(73.841)	(26.914)	(100.755)
Resultado em operações de mercado futuro	5.186	(24.681)	(19.495)
Outros	(30.344)	17.421	(12.923)
	(314.863)	(23.066)	(337.929)
Efeito líquido no resultado e ativo (passivo) fiscal diferido líquido	50.355	(26.523)	23.832
Ativo não circulante	50.355		23.832
	50.355		23.832
			Consolidado
	Saldo em 31 de março de 2021	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2022
Ativo não circulante			
Prejuízos fiscais do imposto de renda	149.761	(38.547)	111.214
Base negativa da contribuição social	52.984	(12.471)	40.513
Provisão para contingências	62.864	26.324	89.188
Arredamento mercantil	51.628	33.635	85.263
Provisão de créditos tributários	5.737	-	5.737
Auto de infração AI-1770	8.505	(2.202)	6.303
PMR / Provisão NF Serviços	12.071	(2.004)	10.067
Outros	25.317	(10.093)	15.224
	368.867	(5.358)	363.509
Passivo não circulante			
Imobilizado – custo atribuído	(32.054)	6.661	(25.393)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(169.576)	6.311	(163.265)
Ajuste a valor presente	(14.235)	(1.863)	(16.098)
Ativo Biológico	(73.841)	(26.914)	(100.755)
Resultado em operações de mercado futuro	5.186	(24.681)	(19.495)
Outros	(30.342)	13.923	(16.419)
	(314.862)	(26.563)	(341.425)
Efeito líquido no resultado e ativo (passivo) fiscal diferido líquido	54.005	(31.921)	22.084
Ativo não circulante	54.005		22.084
	54.005		22.084



19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Composição, natureza e realização dos impostos--Continuação

A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos exercícios a serem encerrados em:

	Controladora	
	mar/22	mar/21
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	79.588	79.968
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	282.173	285.250
	361.761	365.218
	Consolidado	
	mar/22	mar/21
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	72.556	73.281
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	290.953	295.586
	363.509	368.867

A Administração prevê a recuperabilidade dos ativos, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	Consolidado
	Saldos	Saldos
Impostos de renda e contribuição social constituídos sobre prejuízo fiscal acumulados		
2022/2023	16.498	16.690
2023/2024	47.994	48.553
2024/2025	40.495	40.966
2025/2026	31.496	31.863
2026/2027	11.998	12.138
A partir de 2027/2028	1.498	1.517
Total	149.979	151.727
	Controladora	Consolidado
	Saldos	Saldos
Diferenças Temporárias		
Contingências	89.188	89.188
Arrendamento mercantil CPC 06 (R2)	85.263	85.263
Provisão PMR	10.067	10.067
Provisão estoques	3.957	3.957
Provisão para perdas esperadas	7.750	7.750
Outras	15.557	15.557
	211.782	211.782
Total	361.761	363.509



19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Composição, natureza e realização dos impostos--Continuação

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração e do direito legal de compensar no futuro o imposto de renda devido oriundo de passivos fiscais diferidos.

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora					
	31/03/2022			31/03/2021		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Resultado antes dos impostos	802.611	802.611	802.611	413.472	413.472	413.472
Alíquota máxima	25%	9%	34%	25%	9%	34%
	(200.653)	(72.235)	(272.888)	(103.368)	(37.212)	(140.580)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:						
Lucros disponibilizados no exterior	6.739	2.426	9.165	(6.590)	(2.372)	(8.962)
Resultado de equivalência patrimonial	38.378	13.816	52.194	18.774	6.759	25.533
Subconta - Adoção Inicial	6	2	8	4.370	1.573	5.943
Créditos de Descarbonização (CBIO)	9.672	3.482	13.154	1.113	401	1.514
Inovação Tecnológica - P&D	4.368	1.572	5.940	2.756	992	3.748
PAT em dobro	4.108	1.479	5.587	-	-	-
Outras adições e exclusões permanentes	8.841	615	9.456	16.551	4.538	21.089
Tributos no resultado	(128.541)	(48.843)	(177.384)	(66.394)	(25.321)	(91.715)
Corrente	(107.525)	(43.336)	(150.861)	(35.130)	(13.692)	(48.822)
Diferido	(21.016)	(5.507)	(26.523)	(31.264)	(11.629)	(42.893)
Tributos no resultado	(128.541)	(48.843)	(177.384)	(66.394)	(25.321)	(91.715)
Alíquota efetiva	16,0%	6,1%	22,1%	16,1%	6,1%	22,2%

	Consolidado					
	31/03/2022			31/03/2021		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Resultado antes dos impostos	861.320	861.320	861.320	468.414	468.414	468.414
Alíquota máxima	25%	9%	34%	25%	9%	34%
	(215.330)	(77.519)	(292.849)	(117.104)	(42.157)	(159.261)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:						
Lucros disponibilizados no exterior	6.739	2.426	9.165	(6.590)	(2.372)	(8.962)
Resultado de equivalência patrimonial	23.250	8.370	31.620	6.890	2.480	9.370
Subconta - Adoção Inicial	4.310	1.552	5.862	4.370	1.573	5.943
Créditos de Descarbonização (CBIO)	9.672	3.482	13.154	1.113	401	1.514
Inovação Tecnológica - P&D	4.368	1.572	5.940	2.756	992	3.748
PAT em dobro	4.528	1.630	6.158	-	-	-
Outras adições e exclusões permanentes	(83)	3.294	3.211	10.090	7.668	17.758
Tributos no resultado	(162.546)	(55.193)	(217.739)	(98.475)	(31.415)	(129.890)
Corrente	(134.707)	(49.686)	(184.393)	(66.279)	(20.717)	(86.996)
Diferido	(27.839)	(5.507)	(33.346)	(32.196)	(10.698)	(42.894)
Tributos no resultado	(162.546)	(55.193)	(217.739)	(98.475)	(31.415)	(129.890)
Alíquota efetiva	18,9%	6,4%	25,3%	21,0%	6,7%	27,7%



19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

c) Ativo fiscal corrente

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	18.473	2.004	20.857	4.124
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	5.610	760	5.993	798
	24.083	2.764	26.850	4.922

Saldo negativo de exercício anteriores. Correspondem às antecipações de imposto de renda e contribuição social pagas durante o exercício anteriores que superaram o valor efetivamente devido no encerramento do ano fiscal. A Administração da Companhia estima que o saldo existente será realizado no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas, seja pela compensação com tributos administrados pela receita federal, seja pela monetização através do pedido de ressarcimento em espécie.

20. Partes relacionadas

a) Operações com pessoal-chave

O pessoal-chave da Administração é composto pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria eleitos a cada dois anos por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. O montante referente à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício findo em 31 de março de 2022 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 13.658 (R\$ 12.437 em março de 2021). A Companhia e suas controladas não concedem ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

b) Saldos e operações

	Nota	Controladora				
		CAQ	Acionistas	PTX	BE	Total
Saldos						
Ativo circulante						
Clientes e outras contas a receber - Vendas de derivados de levedura (i)	12	-	-	102.848	15.157	118.005
Ativo não circulante						
Partes relacionadas (v)		-	9.892	-	-	9.892
Passivo circulante						
Passivo de arrendamento		37.837	-	-	-	37.837
Passivo não circulante						
Passivo de arrendamento		612.403	-	-	-	612.403
Operações						
Compra de cana-de-açúcar (ii)		93.687	-	-	-	93.687
Receita financeiras - repasse FINEP (iii)		267	-	-	-	267



20. Partes relacionadas--Continuação

b) Saldos e operações--Continuação

	Nota	Controladora			Total
		CAQ	PTX	BE	
31/03/2021					
Saldos					
Ativo circulante					
Clientes e outras contas a receber - Vendas de derivados de levedura (i)	12	-	107.410	13.311	120.721
Ativo não circulante		52.237	-	-	52.237
Partes relacionadas (v)					
Passivo circulante					
Fornecedores - Fornecimento de cana-de-açúcar (ii)	24	22.757	-	-	22.757
Passivo de arrendamento		22.612	-	-	22.612
Passivo não circulante					
Passivo de arrendamento		424.612	-	-	424.612
Controladora					
31/03/2021					
		CAQ	PTX	BE	Total
Operações					
Receita de vendas - Vendas de derivados de levedura (i)		-	100.053	225.755	325.808
Despesas financeiras - Carve-out		(242)	-	-	(242)
Compra de cana-de-açúcar (ii)		49.240	-	-	49.240
Receita financeiras - repasse FINEP (iii)		264	-	-	264
Consolidado					
31/03/2022					
	Nota	Companhia		Companhia	
		Agrícola Quatá		Agrícola Quatá	
Saldos					
Ativo não circulante					
Mútuo financeiro com CAQ (v)				-	52.237
Mútuo financeiro com acionistas (v)				9.892	9.892
Passivo circulante					
Fornecedores - Fornecimento de cana-de-açúcar (ii)	25			-	22.757
Fornecedores - Empresas ligadas (iv)	25			-	-
Passivo de arrendamento				37.837	22.612
Passivo não circulante					
Passivo de arrendamento				612.403	424.612
Consolidado					
31/03/2022					
		Companhia		Companhia	
		Agrícola Quatá		Agrícola Quatá	
Operações					
Compra de cana-de-açúcar (ii)				93.687	44.640
Despesas Financeiras - Carve-out				-	(242)
Receitas financeiras - FINEP (iii)				267	193



20. Partes relacionadas--Continuação

b) Saldos e operações--Continuação

i) *Clientes e outras contas a receber - Venda de derivados de levedura*

Refere-se, substancialmente, às contas a receber decorrentes de exportações realizadas para as empresas ligadas PTX Food Corporation e Biorigin Europe NV. As vendas são realizadas com base no preço de venda no mercado interno para demais clientes, seguindo as regras legais de preço de transferência.

ii) *Fornecimento de cana-de-açúcar - Compra de cana-de-açúcar*

Decorre de fornecimento de cana-de-açúcar pela Companhia Agrícola Quatá através de contrato de parceria agrícola com a Companhia. A compra da cana-de-açúcar é efetuada a preço balizado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA-SP.

iii) *FINEP*

A Companhia contratou uma linha de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, cujo objetivo era financiar projetos de inovação tecnológica no processo produtivo da cana-de-açúcar e seus derivados. Suas partes relacionadas Companhia Agrícola Quatá e Açucareira Zillo Lorenzetti S.A. (incorporada pela Companhia em 31 de dezembro de 2018) são membros de parte dos projetos financiados e firmaram o contrato de financiamento como coexecutoras e fiadoras. Em paralelo as partes relacionadas celebraram um instrumento particular de compartilhamento de recursos com a Companhia, no qual a financiada efetua o repasse dos recursos correspondente aos projetos das coexecutoras, que por vez, assumem proporcionalmente os encargos e obrigações da operação de financiamento.

iv) *Aquisição de operação agrícola - Carve-out*

Os valores referem-se substancialmente ao saldo da operação, onde a Companhia comprou a operação da CAQ, com previsão de pagamento de acordo com fluxo de vencimento dos passivos da CAQ.

v) *Mútuo financeiro*

Os valores referem-se substancialmente ao saldo da operação, onde a Companhia comprou a operação da CAQ, o pagamento ocorreu em dezembro/21 corrigido no valor de R\$ 55.208 e R\$ 9.892 com os acionistas.



20. Partes relacionadas--Continuação

c) Dividendos propostos e a pagar

	Saldo em 31 de março de 2021	Pagamento	Saldo em 31 de março de 2022
Assembleia Geral Extraordinária em 22 de novembro de 2018			
Dividendos adicionais (a)			
Açucareira Quatá S.A.	6.562	6.562	-
Dividendos da safra 20/21 (b)			
Açucareira Quatá S.A.	82.402	30.901	51.501
Dividendos da safra 21/22 (c)			
Açucareira Quatá S.A.	-	-	150.357
	88.964	37.463	201.858
Total circulante	(88.964)		(41.201)
Total não circulante	-		(160.657)

- (a) Em 22 de novembro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária da AZL, deliberou sobre o pagamento de dividendos adicionais no valor de R\$ 66.000, durante a safra 19/20 e safra 20/21, após a incorporação da AZL pela AQ, a AQ assumiu o pagamento desses dividendos. Na safra 20/21 foi pago o montante de R\$ 31.800. Na safra 20/21 foram pagos R\$ 27.638, restando para pagamento durante a safra 21/22 valor de R\$ 6.562.
- (b) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 82.402 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em julho de 2021, deliberado o pagamento em 24 parcelas no valor de R\$ 3.433. De julho a março foram pagos o valor de R\$ 30.901.
- (c) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 150.537 que será aprovado em Assembleia Geral.

21. Investimentos

A Companhia registrou um ganho de R\$ 92.998 consolidado e R\$ 153.510 controladora em 31 de março de 2022 (um ganho de R\$ 27.560 consolidado e R\$ 75.097 controladora em 31 de março de 2021) de equivalência patrimonial de suas coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto nas demonstrações financeiras individuais.

Abaixo a abertura dos saldos de ativo, passivo e resultado referente a março de 2022:

	BIUS	BE01	USP	Copersucar S.A.	APGV	ZLAE	Controladora mar/22 Total
Em sociedades controladas / coligadas:							
Ações/quotas possuídas	236.400	614.122	75.837.598	165.760.285	-	-	
Percentual de participação	100,00%	100,00%	46,26%	12,41%	-	-	
Capital social	474	616	25.246	947.847	-	-	
Patrimônio líquido	32.179	68.366	127.385	1.823.470	-	-	
Resultado não realizado acumulado	(3.052)	1.477	-	-	-	-	
Lucro líquido (prejuízo) do período	18.859	11.069	38.799	781.117	-	-	
Resultado não realizado no período	(83)	12.739	-	-	-	-	
Movimentação dos investimentos:							
Em 31 de março de 2021	15.358	63.036	41.314	144.307	9.687	(89)	273.613
Variação cambial de investimentos no exterior	(4.980)	(17.010)	-	-	-	-	(21.990)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(426)	-	-	(426)
Outros ajustes de participação	(284)	-	-	-	(9.687)	89	(9.882)
Ajuste de avaliação patrimonial em investida	-	-	-	(19.556)	-	-	(19.556)
Participação nos resultados de controladas e coligadas	18.776	23.784	17.951	92.999	-	-	153.510
Em 31 de março de 2022	28.870	69.810	59.265	217.324	-	-	375.269



21. Investimentos--Continuação

	Consolidado	
	31/03/2022	
	Copersucar	
	S.A.	Total
Em sociedades controladas / coligadas:		
Ações possuídas	165.760.285	
Percentual de participação	12,41%	
Capital social	947.847	
Patrimônio líquido	1.823.470	
Lucro líquido do exercício	781.117	
Movimentação dos investimentos:		
Em 31 de março de 2021	144.307	144.307
Ajuste de avaliação patrimonial em investida	(19.556)	(19.556)
Dividendos distribuídos	(426)	(426)
Participação nos resultados de controladas	92.998	92.998
Em 31 de março de 2022	217.323	217.323
		Copersucar
		S.A.
Ativo circulante		13.342.190
Passivo circulante		(7.904.237)
Patrimônio líquido		1.823.470
Receita operacional líquida em março/22		74.883.461
Lucro líquido do período em março/22		781.117

Abaixo a abertura dos saldos de ativo, passivo e resultado referente a março de 2021:

	Controladora						
	mar/21						
	BIUS	BE01	USP	Copersucar S.A.	APGV	ZLAE	Total
Em sociedades controladas / coligadas:							
Ações/quotas possuídas	236.400	614.122	75.837.598	165.760.285	18.518.749	3.750.000	
Percentual de participação	100,00%	100,00%	46,26%	12,29%	100,00%	100,00%	
Capital social	236	616	25.246	947.847	19.826	7.500	
Patrimônio líquido	18.300	74.325	89.176	1.172.557	9.687	(79)	
Resultado não realizado acumulado	(2.969)	(11.262)	-	-	-	-	
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	18.822	18.074	31.202	223.687	(75)	(722)	
Resultado não realizado	682	(1.573)	-	-	-	-	
Movimentação dos investimentos:							
Em 31 de março de 2020	(3.233)	37.048	26.878	125.157	9.762	(26)	152.982
Variação cambial de investimentos no exterior	1.194	9.486	-	-	-	-	12.297
Dividendos distribuídos	-	-	-	(1.890)	-	-	(4.527)
Adiantamento para aumento de participação	-	-	-	-	-	660	480
Ajuste de avaliação patrimonial em investida	-	-	-	(6.520)	-	-	2.614
Participação nos resultados de controladas e coligadas	17.397	16.502	14.436	27.560	(75)	(723)	31.740
Em 31 de março de 2021	15.358	63.036	41.314	144.307	9.687	(89)	273.613



21. Investimentos--Continuação

	Consolidado	
	31/03/2021	
	Copersucar S.A.	Total
Em sociedades controladas / coligadas:		
Ações possuídas	165.760.285	
Percentual de participação	12,29%	
Capital social	947.847	
Patrimônio líquido	1.172.557	
Lucro líquido do exercício	223.687	
Movimentação dos investimentos:		
Em 31 de março de 2020	125.157	125.157
Ajuste de avaliação patrimonial em investida	(6.520)	(6.520)
Dividendos distribuídos	(1.890)	(1.890)
Participação nos resultados de controladas	27.560	27.560
Em 31 de março de 2021	144.307	144.307

	USP	Copersucar S.A.
Ativo circulante	83.637	15.866.547
Passivo circulante	(25.664)	(14.693.990)
Patrimônio líquido	57.973	1.172.557

Receita operacional líquida em março/21	-	22.814.038
Lucro líquido (prejuízo) do período em março/21	28.735	117.045

Abaixo a abertura dos saldos de ativo, passivo e resultado referente a março de 2022:

	BIUS	BE01	USP	Copersucar S.A.
Ativo	152.994	119.638	122.098	13.342.190
Passivo	(120.815)	(51.272)	5.287	(11.518.720)
Patrimônio líquido	32.179	68.366	127.385	1.823.470
Receita operacional líquida em março/22	225.640	298.483	-	74.883.461
Lucro líquido do período em março/22	18.859	11.069	38.799	781.117

Abaixo a abertura dos saldos de ativo, passivo e resultado referente a março de 2021:

	BIUS	BE01	USP	Copersucar S.A.	APGV	ZLAE
Ativo	149.817	128.716	121.276	15.866.547	9.897	66
Passivo	(131.517)	(54.391)	(32.100)	(14.693.990)	(210)	(145)
Patrimônio líquido	18.300	74.325	89.176	1.172.557	9.687	(79)
Receita operacional líquida em março/21	268.135	426.892	-	35.152.192	-	-
Lucro líquido do período março/21	18.822	18.074	31.202	223.687	(75)	(722)



21. Investimentos--Continuação

Informação sobre os investimentos na Copersucar S.A.

A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem a exclusividade na comercialização dos volumes de açúcar e etanol produzidos pelas unidades produtoras sócias e que inclui a Zilor, localizadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás, gerenciando todos os elos da cadeia de açúcar e etanol, desde o acompanhamento da safra no campo até os mercados finais, incluindo as etapas de armazenamento, de transporte e de comercialização.

Atualmente, membros da Administração da Zilor, representam a Companhia nas decisões das políticas operacionais, financeiras e estratégicas da Copersucar S.A., através da participação no Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Governança. Assim, o investimento na Copersucar S.A. é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial uma vez que a Companhia exerce influência significativa em sua Administração.



22. Imobilizado

a) Movimentação do ativo imobilizado

Controladora

	Terras	Edifícios e construções	Benfeitorias	Maquinismos, instalações e equipamentos	Veículos, máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Imobilizações - entressafra	Lavoura de cana (planta portadora)	Total
Em 1º de abril de 2020	14.356	183.434	15.435	641.045	80.946	7.122	1.056	53.644	95.469	502.164	1.594.671
Aquisição	-	-	9	632	606	862	194	85.096	118.367	124.425	330.191
Alienação (residual)	-	-	-	(295)	(3.961)	-	-	(1.953)	-	(5.275)	(11.484)
Transferências	28	3.557	730	21.617	9.811	495	134	(36.372)	-	-	-
Realização de ajuste a valor presente	-	-	-	-	(1.186)	-	-	-	-	-	(1.186)
Ajuste a valor presente - Lavoura de cana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.134)	(4.134)
Baixa para despesa	-	-	-	-	-	-	-	(418)	-	-	(418)
Demais baixas	-	-	-	(2.061)	(162)	-	-	-	-	-	(2.223)
Depreciação	-	(5.746)	(987)	(65.165)	(20.560)	(2.881)	(197)	-	(95.469)	(165.136)	(356.141)
Em 31 de março 2021	14.384	181.245	15.187	595.773	65.494	5.598	1.187	99.997	118.367	452.044	1.549.276
Custo total	14.384	274.002	37.144	1.540.648	125.234	28.756	4.425	99.997	118.367	760.735	3.003.692
Depreciação acumulada	-	(92.757)	(21.957)	(944.875)	(59.740)	(23.158)	(3.238)	-	-	(308.691)	(1.454.416)
Valor líquido	14.384	181.245	15.187	595.773	65.494	5.598	1.187	99.997	118.367	452.044	1.549.276
Em 31 de março 2021	14.384	181.245	15.187	595.773	65.494	5.598	1.187	99.997	118.367	452.044	1.549.276
Aquisição	-	-	-	617	32	134	111	240.454	126.321	142.888	510.557
Incorporação ZLAA e APGV	-	9	10	-	-	-	-	-	-	-	19
Alienação (residual)	-	-	-	(529)	(1.752)	(4)	-	95.783	-	-	93.498
Transferências	2.620	3.217	-	61.459	12.936	1.714	691	(85.017)	-	-	(2.380)
Realização de Ajuste a valor presente	-	-	-	-	328	-	-	-	-	-	328
Ajuste a valor presente - Lavoura de cana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.076	2.076
Baixa para despesa	-	-	-	-	-	-	-	(590)	(3.183)	-	(3.773)
Demais baixas	-	-	-	-	(262)	-	-	-	-	-	(262)
Depreciação	-	(5.816)	(982)	(65.572)	(13.356)	(2.668)	(239)	-	(117.304)	(157.135)	(363.072)
Em 31 de março de 2022	17.004	178.655	14.215	591.748	63.420	4.774	1.750	350.627	124.201	439.873	1.786.267
Custo total	3.869	134.615	37.196	1.594.152	134.168	30.570	5.364	350.627	124.201	905.700	3.320.462
Depreciação acumulada	13.135	44.040	(22.981)	(1.002.404)	(70.748)	(25.796)	(3.614)	-	-	(465.827)	(1.534.195)
Valor líquido	17.004	178.655	14.215	591.748	63.420	4.774	1.750	350.627	124.201	439.873	1.786.267
Valor líquido de:											
Custo histórico	3.869	277.473	14.215	566.806	62.749	4.774	1.750	350.627	124.201	439.873	1.846.337
Mais-valia	13.135	(98.818)	-	24.942	671	-	-	-	-	-	(60.070)
	17.004	178.655	14.215	591.748	63.420	4.774	1.750	350.627	124.201	439.873	1.786.267
Bens em garantias (b)	11.859	2.430	-	34.258	20.525	-	-	-	-	-	69.072
Vida Útil		de 22 a 48 anos	de 14 a 25	de 2 a 18 anos	de 2 a 11 anos	de 2 a 20	de 3 a 17 anos			de 5 a 6 anos	



22. Imobilizado--Continuação

a) Movimentação do ativo imobilizado--Continuação

	Consolidado										
	Terras	Edifícios e construções	Benfeitorias	Maquinismos, instalações e equipamentos	Veículos, máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Imobilizações - entressafra	Lavoura de cana (planta portadora)	Total
Em 1º de abril de 2020	17.383	188.957	16.863	652.389	80.947	8.258	1.117	75.061	95.469	502.164	1.638.608
Aquisição	-	-	9	949	606	871	194	94.338	118.367	124.425	339.759
Alienação (residual)	-	-	-	(295)	(3.961)	-	-	(1.953)	-	(5.275)	(11.484)
Transferências	28	3.557	1.454	45.250	9.811	495	134	(60.729)	-	-	-
Realização de ajuste a valor presente	-	-	-	-	(1.186)	-	-	-	-	(4.132)	(5.318)
Baixa para despesa	-	-	-	-	-	-	-	(419)	-	-	(419)
Demais baixas	-	-	-	(2.061)	(162)	-	-	-	-	-	(2.223)
Variação cambial	240	518	121	844	-	111	5	2.054	-	-	3.893
Depreciação	-	(5.952)	(1.344)	(69.711)	(20.560)	(3.113)	(211)	-	(95.469)	(165.137)	(361.497)
Em 31 de março 2021	17.651	187.080	17.103	627.365	65.495	6.622	1.239	108.352	118.367	452.045	1.601.319
Custo total	17.651	282.746	39.491	1.615.327	125.268	31.326	4.755	108.352	118.367	760.732	3.104.015
Depreciação acumulada	-	(95.666)	(22.388)	(987.962)	(59.773)	(24.704)	(3.516)	-	-	(308.687)	(1.502.696)
Valor líquido	17.651	187.080	17.103	627.365	65.495	6.622	1.239	108.352	118.367	452.045	1.601.319
Em 31 de março 2021	17.651	187.080	17.103	627.365	65.495	6.622	1.239	108.352	118.367	452.045	1.601.319
Aquisição	-	-	-	617	32	187	111	250.264	126.321	142.888	520.420
Alienação (residual)	-	-	-	(529)	(1.752)	(4)	-	95.783	-	-	93.498
Transferências	2.620	3.218	-	61.459	12.936	1.714	691	(85.017)	-	-	(2.379)
Realização de ajuste a valor presente	-	-	-	-	328	-	-	-	-	2.076	2.404
Baixa para despesa	-	-	-	-	-	-	-	(590)	(3.183)	-	(3.773)
Demais baixas	-	-	-	-	(262)	-	-	-	-	-	(262)
Variação cambial	(463)	(957)	(283)	(4.983)	-	(153)	(7)	(1.406)	-	-	(8.252)
Depreciação	-	(6.019)	(1.347)	(68.595)	(13.357)	(2.892)	(252)	-	(117.304)	(157.135)	(366.901)
Em 31 de março 2022	19.808	183.322	15.473	615.334	63.420	5.474	1.782	367.386	124.201	439.874	1.836.074
Custo total	19.808	284.542	38.851	1.656.229	134.168	32.710	5.524	367.386	124.201	905.700	3.569.119
Depreciação acumulada	-	(101.220)	(23.378)	(1.040.895)	(70.748)	(27.236)	(3.742)	-	-	(465.826)	(1.733.045)
Valor líquido	19.808	183.322	15.473	615.334	63.420	5.474	1.782	367.386	124.201	439.874	1.836.074
Valor líquido de:											
Custo histórico	6.674	139.282	15.473	590.392	62.748	5.474	1.782	367.386	124.201	439.874	1.753.286
Mais-valia	13.134	44.040	-	24.942	672	-	-	-	-	-	82.788
	19.808	183.322	15.473	615.334	63.420	5.474	1.782	367.386	124.201	439.874	1.836.074
Bens em garantias (b)	11.859	2.430	-	34.258	20.525	-	-	-	-	-	69.072
Vida Útil		de 22 a 48 anos	de 14 a 25	de 2 a 18 anos	de 2 a 11 anos	de 2 a 20	de 3 a 17 anos			de 5 a 6 anos	



22. Imobilizado--Continuação

b) Garantia

Em 31 de março de 2022, bens com valor contábil de R\$ 69.072 consolidado e controladora (R\$ 70.001 em março de 2021) estavam sujeitos a fiança registrada para garantir empréstimos e financiamentos bancários e processos judiciais.

23. Direito de uso e passivo de arrendamento

Com a adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia, equivalente a aproximadamente 100% do CDI futuro para os arrendamentos reconhecidos. Durante o exercício findo em 31 de março de 2022, as taxas de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram em média de 7,90%.

<u>Vigência dos contratos</u>	<u>Taxa CDI Futuro</u>
13 a 24 meses	6,02%
25 a 36 meses	6,69%
37 a 48 meses	7,17%
49 a 60 meses	7,66%
61 a 72 meses	7,96%
73 a 84 meses	8,20%
85 a 96 meses	8,40%
97 a 108 meses	8,56%
109 a 120 meses	8,67%
121 a 132 meses	8,75%
133 a 360 meses	8,82%
Média total	7,90%

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
De 01/04/2022 a 31/03/2023	271.830	168.082
De 01/04/2023 a 31/03/2024	270.040	165.350
De 01/04/2024 a 31/03/2025	262.939	157.043
De 01/04/2025 a 31/03/2026	247.224	144.639
De 01/04/2026 a 31/03/2027	218.573	124.302
A partir de 01/04/2027	897.396	715.272
	2.168.002	1.474.688



23. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

A movimentação do direito de uso em 31 de março de 2022 e 2021 está demonstrada abaixo, respectivamente:

Controladora e Consolidado			
31/03/2022			
	Terras	Demais Ativos	Total
Ativo			
Saldo inicial em 31/03/2021	1.474.561	29.130	1.503.691
Amortização	(345.815)	(16.249)	(362.064)
Novos contratos	180.606	7.642	188.248
Atualização CONSECANA por remensuração	813.089	-	813.089
Saldo final	2.122.441	20.523	2.142.964
Controladora e Consolidado			
31/03/2022			
	Terras	Demais Ativos	Total
Passivo			
Saldo inicial em 31/03/2021	1.441.465	33.223	1.474.688
Amortização	(425.524)	(18.871)	(444.395)
Juros provisionados	182.269	2.317	184.586
Novos contratos e renovações	180.606	7.642	188.248
Atualização CONSECANA por remensuração	764.875	-	764.875
Saldo final	2.143.691	24.311	2.168.002
Passivo circulante	270.784	11.159	281.943
Passivo não circulante	1.872.907	13.152	1.886.059
	2.143.691	24.311	2.168.002
Saldo com partes relacionadas	-	-	-
Saldo com demais fornecedores	2.143.691	24.311	2.168.002
Controladora e Consolidado			
31/03/2021			
	Terras	Demais Ativos	Total
Ativo			
Saldo inicial em 31/03/2020	1.351.879	39.081	1.390.960
Amortização	(39.592)	(22.120)	(61.712)
Novos contratos	131.277	12.169	143.446
Atualização CONSECANA por remensuração	30.997	-	30.997
Saldo final - reapresentado	1.474.561	29.130	1.503.691
Controladora e Consolidado			
31/03/2021			
	Terras	Demais Ativos	Total
Passivo			
Saldo inicial em 31/03/2020	1.316.028	40.662	1.356.690
Amortização	(270.494)	(22.970)	(293.464)
Juros provisionados	119.734	3.362	123.096
Novos contratos	131.277	12.169	143.446
Atualização CONSECANA por remensuração	144.920	-	144.920
Saldo final - reapresentado	1.441.465	33.223	1.474.688
Passivo circulante	172.972	13.355	186.327
Passivo não circulante	1.268.493	19.868	1.288.361
	1.441.465	33.223	1.474.688
Saldo com partes relacionadas	22.757	-	22.757
Saldo com demais fornecedores	1.418.708	33.223	1.451.931



24. Intangível

	Controladora		
	Licenças de software	Marcas e patentes	Total
Em 1º de abril de 2020	3.014	9.775	12.789
Adições	78	144	222
Amortização	(1.215)	-	(1.215)
Em 31 de março de 2021	1.877	9.919	11.796
Custo	30.365	9.919	40.284
Amortização acumulada	(28.488)	-	(28.488)
Saldo contábil líquido	1.877	9.919	11.796
Em 31 de março de 2021	1.877	9.919	11.796
Adições	5.638	63	5.701
Amortização	(1.121)	-	(1.121)
Em 31 de março de 2022	6.394	9.982	16.376
Custo	36.003	9.982	45.985
Amortização acumulada	(29.609)	-	(29.609)
Saldo contábil líquido	6.394	9.982	16.376

Vida Útil 5 anos indefinida

	Consolidado				
	Licenças de software	Marcas e patentes	Pesquisa e desenvolvimento	Outros	Total
Em 1º de abril de 2020	3.249	9.775	255	2.457	15.736
Adições	79	144	-	-	223
Varição cambial	20	-	21	190	231
Amortização	(1.270)	-	(60)	(853)	(2.183)
Em 31 de março de 2021	2.078	9.919	216	1.794	14.007
Custo	30.867	9.919	52.580	8.974	102.340
Amortização acumulada	(28.789)	-	(52.364)	(7.180)	(88.333)
Saldo contábil líquido	2.078	9.919	216	1.794	14.007
Em 31 de março de 2021	2.078	9.919	216	1.794	14.007
Adições	5.638	63	-	-	5.701
Varição cambial	(28)	-	(30)	(208)	(266)
Amortização	(1.175)	-	(59)	(841)	(2.075)
Em 31 de março de 2022	6.513	9.982	127	745	17.367
Custo	36.420	9.982	43.725	7.463	97.590
Amortização acumulada	(29.907)	-	(43.598)	(6.718)	(80.223)
Saldo contábil líquido	6.513	9.982	127	745	17.367

Vida Útil 5 anos indefinida 5 anos



25. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Fornecedores de cana-de-açúcar	142.407	98.471	142.407	98.471
Fornecedores de bens e serviços	262.333	169.689	276.639	175.819
	404.740	268.160	419.046	274.290

26. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Taxa média ponderada (% ao ano)	Indexador	Controladora		Consolidado	
			31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Moeda nacional:						
Linhas do BNDES	10,54	PRE	2.525	4.589	2.525	4.589
Linhas do BNDES	7,26	TJLP	1.688	4.985	1.688	4.985
Linhas do BNDES	-	SELIC+	-	40	-	40
Linhas do BNDES (iv)	17,55	IPCA+ (TLP)	105.261	4.397	105.261	4.397
FINEP	3,52	PRE	75.116	95.612	75.116	95.612
Capital de giro (i)	14,90	CDI+	1.194.557	1.131.674	1.194.557	1.131.674
CRA (ii)	14,66	CDI+	533.601	597.631	533.601	597.631
CRA (ii)	21,58	IPCA+	473.692	-	473.692	-
Debêntures (iii)	20,98	IPCA+	226.451	199.272	226.451	199.272
Aquisição de cota "FIDC" (vi)	3,50	+ CDI	-	-	86.166	-
			2.612.891	2.038.200	2.699.057	2.038.200
Moeda estrangeira:						
Capital de Giro (v)	6,53	Var. cambial	21.313	57.190	21.313	57.190
Capital de Giro (v)	2,70	Var. cambial + LIBOR	23.799	42.732	23.799	42.732
Pré-pagamento de exportação (USD)	3,20	Var. cambial	80.217	204.533	80.217	204.533
Pré-pagamento de exportação (EUR)	2,95	Var. cambial	137.521	174.851	137.521	174.851
Empréstimo externo (EUR)	0,95	Var. cambial + EURIBOR	-	-	23.664	27.589
Empréstimo externo (USD)	0,95	Var. cambial	-	-	13.238	20.325
			262.850	479.306	299.752	527.220
Financiamentos - Cooperativa						
Moeda nacional:						
Letra de Cambio	3,50	PRÉ	48.841	50.487	48.841	50.487
Crédito rural	-	CDI+	-	41.499	-	41.499
			2.924.582	2.609.492	3.047.650	2.657.406
Circulante			(623.403)	(519.761)	(660.305)	(567.189)
Não circulante			2.301.179	2.089.731	2.387.345	2.090.217

- (i) Em continuidade ao processo de alongamento da dívida, a Companhia assinou em 25 de fevereiro de 2019 a proposta para estruturação de financiamento sindicalizado junto ao Banco Itaú BBA S.A. e ao Banco Rabobank International Brasil S.A. coordenadores e estruturadores da operação sindicalizada das seguintes instituições: i) Banco Itaú BBA S.A.; ii) Banco Rabobank International Brasil S.A.; iii) Banco BTG Pactual S.A. e iv) Banco do Brasil S.A., através da celebração de contrato de abertura de crédito e outras avengas em 13 de junho de 2019, prevendo a participação no montante de R\$ 140.000 por participante, totalizando R\$ 560.000, por meio de emissão de Cédulas de Crédito à Exportação (CCE), com vencimentos semestrais, sendo o primeiro vencimento de principal para o dia 20 de abril de 2021 e o último 20 de abril de 2025.
- (ii) Buscando o alongamento das linhas de crédito durante a Safra 18/19, a Administração da Companhia elaborou um planejamento de reorganização de seu endividamento. Como resultado dessa reorganização foi emitido em março de 2019 uma operação de debênture simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 560.000, liquidada antecipadamente em 18 de novembro de 2019. A Companhia captou de recursos por meio da emissão de Cédula de Produto Rural Financeira pela Companhia, no montante total de R\$ 600.000 em favor da True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), para ser utilizada como lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), no montante de R\$ 600.000, pela Securitizadora e coordenados por Itaú BBA S.A. na qualidade de coordenador líder, XP Investimentos Corretora de Câmbios, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Banco Rabobank International Brasil S.A. cuja a emissão foi em 14 de novembro de 2019. A remuneração do CRA é de 100% do CDI acrescido de sobretaxa de 2,5% ao ano, com pagamentos semestrais de juros a partir de 09 de outubro de 2020 e sete amortizações semestrais a partir de 13 de outubro de 2021.

Buscando o alongamento das linhas de crédito durante a Safra 21/22 a Companhia captou recursos por meio da emissão de Cédula de Produto Rural Financeira no montante total de R\$ 480.000 em favor da True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), para ser utilizada como lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), no montante de R\$ 480.000, pela Securitizadora e coordenados por XP Investimentos Corretora de Câmbios, Títulos e Valores Mobiliários S.A. na qualidade de coordenador líder, Banco BTG Pactual S.A. e Banco Itaú BBA S.A., cuja a liquidação foi realizada em 23 de novembro de 2021. A remuneração do CRA é de 6,9849% a.a., acrescido de atualização monetária pelo IPCA, com pagamentos semestrais de juros a partir de 18 de abril de 2022 e amortização em parcela única em de 15 de outubro de 2026.



26. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

- (iii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de novembro de 2020, foi aprovada a emissão da 2ª debênture simples da Companhia para manutenção da produção de cana-de-açúcar relativas as safras 2019/2020 2020/2021 e 2021/2022. Em janeiro de 2021 a Companhia encerrou a emissão da 2ª debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, realizada em consonância com a Instrução nº 476 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente). As Debêntures são incentivadas e contarão com o benefício tributário nos termos do artigo 2º da Lei no 12.431, de 24 de junho de 2011 ("Lei 12.431/11") e, consequentemente, também gozarão do tratamento tributário previsto no artigo 1º da referida lei. O montante bruto da emissão é de R\$ 201.830.000,00, remunerada com taxa contratual de 7,2094% a.a. com prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, vencendo em 15 de novembro de 2025. Os recursos serão direcionados para manutenção da produção de cana-de-açúcar relativas as safras 19/20 20/21 e 21/22 destinada a produção de Etanol nas Unidades Barra Grande, São Jose e Quatá todas no estado de São Paulo.
- (iv) A Companhia formalizou contrato em 06 de janeiro de 2022 no montante de R\$ 100.000, junto ao BNDES no âmbito do programa Renovabio. A remuneração junto ao BNDES é IPCA acrescido de sobretaxa de 6,33% ao ano, com amortização do principal iniciando-se em 15 de fevereiro de 2024 e encerrando em 15 de janeiro de 2030. O programa Renovabio é voltado para estimular boas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG), tendo o objetivo de apoiar o desenvolvimento do setor de biocombustíveis, e conta com incentivo para o aumento de eficiência produtiva e ambiental.
- (v) O montante de capital de giro em moeda estrangeira possui operação de swap de dólar para reais, mitigando o risco de variação cambial na operação, cujo custo após o swap é de CDI + 1,64% ao ano.

O montante de capital de giro em moeda estrangeira possui operação de swap de dólar para reais, mitigando o risco de variação cambial na operação, cujo custo após o swap é de CDI + 2,50% ao ano.
- (vi) A Companhia lançou o Programa de Financiamento de Parceiros Agrícolas, que visa facilitar o acesso ao crédito para financiamento das atividades dos Parceiros Agrícolas, por meio de estruturação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), no montante de R\$ 120.000 milhões. Em 01 de junho de 2021, a Açucareira Quatá S.A. assinou (i) Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Produtores Rurais Receivables e ii) Boletim de Subscrição de Cotas da 1ª Emissão de Cotas do FIDC Produtores Rurais Subordinadas Receivables ,cuja integralização de recursos ocorreu em 01 de junho de 2021 com o apoio do BTG Pactual Asset (gestor, administrador e custodiante). O Fundo foi estruturado tendo como cotistas inicialmente a Companhia que participa com cota subordinada, correspondendo a 35% do fundo, bem como o Banco BTG Pactual S/A , que participam com cotas mezanino e sênior, correspondendo a 15% e 50% do fundo, respectivamente, sendo o BTG Pactual S/A responsável por essas referidas cotas, no montante atualizado de R\$ 86.166 em 31 de março de 2022, conforme patrimônio líquido do fundo.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
De 13 a 24 meses	612.837	859.855	699.003	860.341
De 25 a 36 meses	705.854	489.580	705.854	489.580
De 37 a 48 meses	401.406	455.292	401.406	455.292
De 49 a 60 meses	527.943	279.761	527.943	279.761
De 61 a 72 meses	17.451	2.136	17.451	2.136
De 73 a 84 meses	35.688	3.107	35.688	3.107
	2.301.179	2.089.731	2.387.345	2.090.217

As linhas de empréstimos, financiamentos e debêntures possuem, ainda, avais de empresas ligadas, fiança bancária para operações BNDES, FINEP e COPERSUCAR, e alienação fiduciária de bens.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures possuem as seguintes movimentações durante o exercício encerrado em março de 2022 e 2021:

	Controladora						Saldo final em 31 de março de 2022
	Saldo inicial em 1º de abril de 2021	Liberações	Constituição	Pagamentos principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos financeiros	
Empréstimos, financiamentos e debêntures							
Moeda Nacional	2.130.186	1.478.861	-	(1.119.441)	(131.790)	303.916	2.661.732
Moeda Estrangeira	479.306	139.752	-	(272.206)	(17.487)	(66.515)	262.850
Total	2.609.492	1.618.613	-	(1.391.647)	(149.277)	237.401	2.924.582
Consolidado							
	Saldo inicial em 1º de abril de 2021	Liberações	Constituição	Pagamentos principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo final em 31 de março de 2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures							
Moeda Nacional	2.130.186	1.470.560	-	(1.119.441)	(131.789)	312.216	2.661.732
Moeda Estrangeira	527.220	139.752	-	(275.031)	(17.516)	(74.673)	299.752
FIDC	-	-	86.166	-	-	-	86.166
Total	2.657.406	1.610.312	86.166	(1.394.472)	(149.305)	237.543	3.047.650



26. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

a) Obrigações contratuais

A Companhia possui algumas obrigações contratuais, como manutenção de certos índices financeiros, operacionais e de performance financeira (i), apresentação das demonstrações financeiras combinadas auditadas com parecer do auditor independente sem ressalvas e limitações na realização de operações relativas à cisão, incorporação e fusão das companhias combinadas e manutenção de certos índices financeiros, operacionais e de performance financeira i) razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA Ajustado combinado Zilor; ii) Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo circulante sem considerar o Ativo Biológico); iii) razão entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido. Todas essas obrigações decorrentes as cláusulas dos covenants referentes à emissão dos CRA e Debentures Incentivadas com colocação restrita que possuem exigências financeiras que estão sendo cumpridas.

b) Juros provisionados, juros pagos e taxa média ponderada

A taxa média ponderada sobre a totalidade dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de março de 2022 foi de 14,6% a.a. (6,1% a.a. em março de 2021). Os juros totais provisionados sobre os empréstimos foram de R\$ 237.543 consolidado e R\$ 237.401 controladora (R\$ 128.075 consolidado e R\$ 128.050 controladora em março de 2021) (nota explicativa 37).

Os juros efetivamente pagos sobre empréstimos foram de R\$ 149.305 consolidado e R\$ 149.277 na controladora (R\$ 126.267 consolidado e controladora em março de 2021), sem considerar os juros financeiros ativos sobre as aplicações financeiras no valor de R\$ 73.500 consolidado e R\$ 65.585 controladora (R\$ 19.765 consolidado e R\$ 17.857 controladora em março de 2021) (nota explicativa 36). Considerando uma base de caixa líquida, o custo financeiro sobre os empréstimos e financiamentos foi de R\$ 75.805 consolidado e R\$ 83.692 controladora (R\$ 106.502 consolidado e R\$ 108.410 controladora em março de 2021).

c) Variação cambial

Em que pese a Companhia não ter optado pela política de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a gestão financeira da Administração, para eliminar riscos de exposição cambial, fruto do fluxo de caixa advindo dos efetivos recebíveis e das estimativas de exportação da unidade de negócio Biorigin, privilegia financiamentos mantidos em moeda estrangeira cuja gestão diária proporciona uma espécie de *hedge* natural. Considerando que esses financiamentos possuem natureza de longo prazo, extrapolando o fluxo de recebíveis em moeda estrangeira e a previsão de exportação, a variação cambial passiva contabilizada contra o resultado, neste exercício, no valor de R\$ 82.856 consolidado e controladora resultou em aumento em 31 de março de 2022 do endividamento neste mesmo montante, sendo uma despesa que não gera efeito caixa.



27. Tributos parcelados

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido (i)	43.261	58.165
Taxa do IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool	1.131	1.526
PIS sobre faturamento - Lei 10.637/2002	278	375
INSS – Salário educação	494	666
Débito previdenciário	373	478
	45.537	61.210
Circulante	(16.847)	(16.532)
Não circulante	28.690	44.678

- (i) O parcelamento de IRPJ e CSLL refere-se glosa fiscal de despesas com debêntures contabilizadas a título de provisão relativas ao período de 1997 à 2002 parcelado no âmbito da lei 11.941/09, consolidada em setembro de 2011 com previsão de encerramento em outubro de 2024.

28. Obrigações com a Cooperativa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Letra de câmbio (i)	114.209	112.217	128.877	126.867
Parcelamento Lei 11.941/2009 - Arrepar (ii)	18.538	25.015	18.538	25.015
Parcelamento Lei 11.941/2009 - Cooperativa (iii)	7.015	6.399	7.069	6.399
	139.762	143.631	154.484	158.281
Circulante	(10.252)	(8.767)	(10.306)	(8.767)
Não circulante	129.510	134.864	144.178	149.514

- (i) Letra de câmbio

Corresponde a recursos disponibilizados aos cooperados para financiamento de suas operações, por meio de sobra de caixa obtido através de liminares em processos judiciais que pleiteiam a suspensão de exigibilidades, venda de ativos imobilizados e investimentos. Os valores são corrigidos mensalmente pela taxa SELIC e os juros auferidos não são exigíveis no curto prazo.

- (ii) Parcelamento Lei 11.941/2009 - Arrepar.

Refere-se ao parcelamento do auto de infração lavrado pela RFB relativo à cobrança de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido, por suposto ganho de capital contra a Companhia denominada 1770 Participações S.A. que foi incorporada pela empresa Arrepar Participações S.A., uma controlada da Cooperativa. A Cooperativa, na qualidade de controladora da Arrepar Participações S.A., devendo prover os recursos necessários para que esta pudesse fazer face ao débito, emitiu um Termo de Ratificação de Obrigações e Outras Avenças que foi assinado pela Cooperativa, cooperados e ex-cooperados em 28 de fevereiro de 2012, objetivando contrapor a obrigação na proporção da respectiva participação nas operações sociais de cada cooperado na Cooperativa.

- (iii) Parcelamento Lei 11.941/2009 - Cooperativa

A Companhia reconheceu em seu passivo a obrigação fiscal assumida através da Cooperativa, pela consolidação da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/2009, homologada pela RFB - Receita Federal do Brasil em junho de 2011.



28. Obrigações com a Cooperativa--Continuação

A natureza dos débitos dá-se da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	6.350	5.843
PIS - Programa de Integração Social	412	556
Outros valores a pagar	307	-
	7.069	6.399

29. Salários e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Provisão de férias e encargos	19.980	14.865	20.609	15.759
Remuneração variável – Plano de participação nos resultados	29.174	28.061	30.923	31.491
Contribuição Social com empregados	9.122	8.248	9.155	8.290
Salários e ordenados	9.096	9.947	9.096	10.020
Outras contribuições	547	491	937	497
	67.919	61.612	70.720	66.057

30. Provisões

	Controladora				
	1º de abril de 2021	Adições	Reversões	Atualização monetária	31 de março de 2022
Tributárias	125.238	92.710	(13.963)	-	203.985
Cíveis e ambientais	164	3.182	(309)	8	3.045
Trabalhistas	10.828	16.611	(13.707)	-	13.732
Outras (i)	39.146	-	(39.146)	-	-
Total de passivos contingentes	175.376	112.503	(67.125)	8	220.762

	Consolidado				
	1º de abril de 2021	Adições	Reversões	Atualização monetária	31 de março de 2022
Tributárias	189.615	92.710	(13.963)	-	268.362
Cíveis e ambientais	165	3.182	(309)	8	3.046
Trabalhistas	10.828	16.611	(13.707)	-	13.732
Outros (i)	39.145	-	(39.145)	-	-
Total de passivos contingentes	239.753	112.503	(67.124)	8	285.140

- (i) Houve assunção dos passivos na qual a Companhia era avalista gerando a liquidação da provisão constituída durante a safra 2018/2019, em decorrência da compra de lavoura junto a parceiro agrícola; tal reversão foi realizada durante a safra 2019/2020 no valor de R\$ 21.367. Posteriormente na safra 2019/2020 foram constituídas duas novas provisões do mesmo tema, no valor R\$ 54.045, na safra 2020/2021, com a subsequente liquidação de R\$ 1.946. Do montante de reversões do período findo em 31 de dezembro de 2021, R\$ 39.146 foi revertida a provisão na sua totalidade por ter encerrado as suas obrigações com a outra parte.



30. Provisões--Continuação

A Companhia e suas controladas possuem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento, cujas avaliações, são efetuadas pela Companhia com o apoio de seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 731.059 para o consolidado e controladora em março de 2022 (R\$ 656.236 consolidado e controladora em março de 2021).

Além desses, existem outros processos que foram mensurados como remotos. Em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem a Companhia e suas controladas nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor da Companhia e suas controladas, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.

31. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está representado por 338.720.926.114 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

b) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

Reserva de investimento

Para atender a projetos de investimento e expansão, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício. Essa retenção deverá estar justificada com o respectivo orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral.

Reserva de integralidade do patrimônio líquido

É constituída nos termos do artigo 24 do Estatuto Social da AQ que tem por finalidade propiciar recursos para atender às necessidades de capital de giro e não poderá exceder a 80% do capital social.

Em 31 de março de 2022 a saldo de reserva de lucros superava o Capital Social da Companhia, cabendo a Assembleia a deliberação da destinação do excesso.



31. Patrimônio Líquido--Continuação

c) Ajuste de avaliação patrimonial

i) *Custo atribuído*

É composto dos efeitos da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico - CPC 27 - Ativo Imobilizado e da Interpretação Técnica - ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 na data de transição (1º de janeiro de 2009), deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

ii) *Ajuste de avaliação patrimonial reflexa*

Constituído em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado da coligada Copersucar S.A..

iii) *Ajuste acumulado de conversão*

Registra as variações cambiais dos investimentos em controladas, sendo a conversão para Real das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de investidas com moeda funcional diferente da controladora.

iv) *Dividendos propostos*

Os dividendos serão destinados de acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da AQ que estabelece uma série de regras e limites para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais, entre estes, à manutenção de indicadores saudáveis de endividamento.

Conforme disposto no art. 24 do Estatuto Social, aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício, ajustados na forma dos incisos I a III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações e para este resultado, apurado na forma do art. 191 da Lei 6.404/76.



32. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

				Controladora
				31/03/2022
	Valor contábil			Hierarquia
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	do valor justo
			Nível 2	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	1.499.055	-	1.499.055	1.499.055
Instrumentos financeiros derivativos	57.337	-	57.337	57.337
Total	1.556.392	-	1.556.392	1.556.392
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	94.582	94.582	94.582
Clientes e outras contas a receber	-	146.473	146.473	146.473
Contas a receber - Cooperativa	-	182.755	182.755	182.755
Mútuo financeiro	-	9.892	9.892	9.892
Total	-	433.702	433.702	433.702
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	404.740	404.740	404.740
Empréstimos e financiamentos	-	2.924.582	2.924.582	2.924.582
Passivo de arrendamento	-	2.168.002	2.168.002	2.168.002
Obrigações com a Cooperativa	-	139.762	139.762	139.762
Outras contas a pagar	-	25.063	25.063	25.063
Dividendos a pagar	-	41.201	41.201	41.201
Total	-	5.703.350	5.703.350	5.703.350
				Controladora
				31/03/2021
	Valor contábil			Hierarquia
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	do valor justo
			Nível 2	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	1.082.114	-	1.082.114	1.082.114
Instrumentos financeiros derivativos	15.253	-	15.253	15.253
Total	1.097.367	-	1.097.367	1.097.367
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	63.609	63.609	63.609
Clientes e outras contas a receber	-	168.692	168.692	168.692
Contas a receber - Cooperativa	-	160.919	160.919	160.919
Mútuo financeiro	-	52.237	52.237	52.237
Total	-	445.457	445.457	445.457
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	268.160	268.160	268.160
Empréstimos e financiamentos	-	2.609.492	2.609.492	2.609.492
Passivo de arrendamento	-	1.474.688	1.474.688	1.474.688
Obrigações com a Cooperativa	-	143.631	143.631	143.631
Outras contas a pagar	-	49.477	49.477	49.477
Dividendos a pagar	-	89.242	89.242	89.242
Total	-	4.634.690	4.634.690	4.634.690



32. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Classificação contábil e valores justos--Continuação

				Consolidado
				31/03/2022
	Valor contábil			Hierarquia do valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	1.609.008	-	1.609.008	1.609.008
Instrumentos financeiros derivativos	57.337	-	57.337	57.337
Total	1.666.345	-	1.666.345	1.666.345
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	112.057	112.057	112.057
Clientes e outras contas a receber	-	125.050	125.050	125.050
Contas a receber - Cooperativa	-	183.408	183.408	183.408
Mútuo financeiro	-	9.892	9.892	9.892
Total	-	430.407	430.407	430.407
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	419.046	419.046	419.046
Empréstimos e financiamentos	-	3.047.650	3.047.650	3.047.650
Passivo de arrendamento	-	2.168.002	2.168.002	2.168.002
Obrigações com a Cooperativa	-	154.484	154.484	154.484
Outras contas a pagar	-	28.533	28.533	28.533
Dividendos a pagar	-	41.201	41.201	41.201
Total	-	5.858.916	5.858.916	5.858.916

				Consolidado
				31/03/2021
	Valor contábil			Hierarquia do valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	1.156.291	-	1.156.291	1.156.291
Instrumentos financeiros derivativos	15.253	-	15.253	15.253
Total	1.171.544	-	1.171.544	1.171.544
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	75.364	75.364	75.364
Clientes e outras contas a receber	-	149.587	149.587	149.587
Contas a receber - Cooperativa	-	161.650	161.650	161.650
Mútuo financeiro	-	62.129	62.129	62.129
Total	-	448.730	448.730	448.730
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	274.290	274.290	274.290
Empréstimos e financiamentos	-	2.657.406	2.657.406	2.657.406
Passivo de arrendamento	-	1.474.688	1.474.688	1.474.688
Obrigações com a Cooperativa	-	158.281	158.281	158.281
Outras contas a pagar	-	53.430	53.430	53.430
Dividendos a pagar	-	88.964	88.964	88.964
Total	-	4.707.059	4.707.059	4.707.059



32. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

i) *Estrutura de gerenciamento de risco*

O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Finanças, Auditoria e Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Zilor. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre a gestão sobre o sistema de risco elaborando, acompanhando e controlando planos de ação que visa eliminação, mitigação e monitoramento de riscos da companhia.

Em outubro de 2021 a Companhia criou uma área especializada em controles internos com o objetivo de salvaguardar seu patrimônio, conferir exatidão e fidedignidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a obediência às diretrizes traçadas pela Administração da Companhia. Além da área de controle interno a Companhia contratou uma auditoria de renome para assessorar o conselho com uma auditoria interna. Por fim foi criado uma área de gestão riscos para poder mapear e organizar planos de ação para mitigar os mesmos.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes relacionadas ao negócio Biorigin e de instrumentos financeiros da Companhia.



32. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

ii) *Risco de crédito--Continuação*

A comercialização de açúcar e etanol é realizada por meio da Cooperativa sem indícios para risco de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

O Conselho de Administração da Companhia estabeleceu uma política de crédito, constantemente monitorado pelo Comitê de Finanças, Auditoria e Risco, na qual cada novo clientes é analisado individualmente quando à sua condição financeira antes de a Companhia apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia e suas controladas inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras individuais e consolidadas, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação do Comitê de Gerenciamento de Risco.

A Companhia e suas controladas limitam a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de 12 meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente.

A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. A Companhia não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

A Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais, consistindo em um grande número de pequenos saldos.

As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de 'rolagem' com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa.



32. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros—Continuação

ii) *Risco de crédito*--Continuação

Contas a receber e ativos de contrato--Continuação

Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia e suas controladas sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto 'Fornecedores') para os próximos 60 dias. A Companhia e suas controladas monitoram também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.



32. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

iii) Risco de liquidez--Continuação

Exposição ao risco de liquidez--Continuação

							Controladora
							31/03/2022
	Valor contábil	Valor total do fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 – 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos	Mais do que 5 anos
Passivos							
Fornecedores	404.740	404.740	404.740	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.924.582	3.913.893	588.349	341.117	869.190	2.071.339	43.898
Instrumentos financeiros derivativos	87	87	44	44	-	-	-
Obrigações com a Cooperativa	139.762	139.762	5.126	5.126	10.252	20.504	98.754
Outras contas a pagar	25.064	25.064	-	-	25.064	-	-
	3.494.235	4.483.546	998.259	346.287	904.506	2.091.843	142.652
							Controladora
							31/03/2021
	Valor contábil	Valor total do fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 – 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos	Mais do que 5 anos
Passivos							
Fornecedores	268.160	268.160	268.160	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.609.492	3.145.484	667.715	503.936	749.392	1.220.977	3.464
Instrumentos financeiros derivativos	15.234	15.234	7.617	7.617	-	-	-
Obrigações com a Cooperativa	143.631	143.631	4.384	4.383	8.766	17.532	108.566
Outras contas a pagar	49.477	49.477	-	-	49.477	-	-
	3.085.994	3.621.986	947.876	515.936	807.635	1.238.509	112.030
							Consolidado
							31/03/2022
	Valor contábil	Valor total do fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 – 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos	Mais do que 5 anos
Passivos							
Fornecedores	419.046	419.046	419.046	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.047.650	3.913.893	588.349	341.117	869.190	2.071.339	43.898
Instrumentos financeiros derivativos	87	87	44	44	-	-	-
Obrigações com a Cooperativa	154.484	154.484	5.153	5.153	8.743	17.486	117.949
Outras contas a pagar	28.533	-	-	-	28.533	-	-
	3.649.800	4.487.510	1.012.592	346.314	906.466	2.088.825	161.847
							Consolidado
							31/03/2021
	Valor contábil	Valor total do fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 – 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos	Mais do que 5 anos
Passivos							
Fornecedores	274.290	274.290	274.290	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.657.406	3.145.484	667.715	503.936	749.392	1.220.977	3.464
Instrumentos financeiros derivativos	15.234	15.234	7.617	7.617	-	-	-
Obrigações com a Cooperativa	158.281	158.281	4.384	4.384	8.766	17.532	123.215
Outras contas a pagar	53.430	-	-	-	53.430	-	-
	3.105.211	3.593.289	954.006	515.937	758.158	1.238.509	126.679

Os fluxos, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos, que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os que têm liquidação simultânea bruta.



32. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia e constantemente monitoradas pelo Comitê de Finanças, Auditoria e Risco.

v) *Risco cambial*

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia. As moedas funcionais da Companhia e suas controladas são principalmente o Real (R\$), o Dólar Norte-Americano (USD) e o Euro (€).

Exposição ao risco cambial

Um resumo da exposição a risco cambial da Companhia e suas controladas, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	31/03/2022		Controladora 31/03/2021	
	USD	Euro	USD	Euro
	Caixa e equivalentes de caixa	1.875	2.535	142
Cientes a receber	24.677	2.884	18.844	1.990
Empréstimos e financiamentos	(21.954)	(26.164)	(43.380)	(26.136)
Swap de moeda e taxa de juros	10.987	-	17.476	-
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	(28.710)	(29.700)	(34.184)	(33.908)
Exposição líquida	(13.125)	(50.445)	(41.102)	(58.051)

	31/03/2022		Consolidado 31/03/2021	
	USD	Euro	USD	Euro
	Caixa e equivalentes de caixa	12.532	5.285	11.852
Cientes a receber	10.521	6.676	11.055	6.122
Fornecedores	(640)	(264)	(963)	(214)
Empréstimos e financiamentos	(49.994)	(30.228)	(57.006)	(30.253)
Swap de moeda e taxa de juros	10.987	-	17.484	-
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	(28.710)	(29.700)	(34.200)	(33.900)
Exposição líquida	(45.304)	(48.231)	(51.778)	(57.137)



32. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

v) *Risco cambial--Continuação*

Exposição ao risco cambial--Continuação

A exposição líquida está dentro dos limites suportados pela condição econômica, patrimonial e operacional da Companhia, buscando contrapor o fluxo operacional advindo dos efetivos recebíveis em moeda estrangeira e das futuras exportações por meio da unidade de negócios Biorigin. Para tanto, a gestão financeira da Companhia implementou uma política de gestão diária medindo o fluxo financeiro no horizonte de três anos vis a vis às exposições cambiais, objetivando assegurar de forma gerencial a efetividade do *hedge*, seja através dos financiamentos mantidos em moeda estrangeira ou da contratação de instrumentos financeiros derivativos de proteção.

Análise de sensibilidade

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real, USD e € contra todas as outras moedas em 31 de março de 2022, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras, somente para a visão consolidada da Companhia e suas controladas:

	Controladora				
	31/03/2022				
	Saldo	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	4.410	1.103	2.205	(1.103)	(2.205)
Cientes a receber	27.561	6.890	13.781	(6.890)	(13.781)
Empréstimos e financiamentos	(48.118)	(12.030)	(24.059)	12.030	24.059
Swap de moeda	10.987	2.747	5.494	(2.747)	(5.494)
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	(58.410)	(14.603)	(29.205)	14.603	29.205
Exposição líquida	(63.570)	(15.893)	(31.784)	15.893	31.784
	Consolidado				
	31/03/2022				
	Saldo	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	17.817	4.454	8.909	(4.454)	(8.909)
Cientes a receber	17.197	4.299	8.599	(4.299)	(8.599)
Fornecedores	(904)	(226)	(452)	226	452
Empréstimos e financiamentos	(80.222)	(20.056)	(40.111)	20.056	40.111
Swap de moeda	10.987	2.747	5.494	(2.747)	(5.494)
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	(58.410)	(14.603)	(29.205)	14.603	29.205
Exposição líquida	(93.535)	(23.385)	(46.766)	23.385	46.766



32. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

vi) *Risco operacional*

A Companhia e suas controladas consideram que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia e suas controladas diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos / operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A Administração da Companhia e suas controladas acreditam que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Ainda em relação aos aspectos ambientais é importante mencionar a relevância do RenovaBio ao país e ao setor sucroenergético. A Companhia e suas controladas estão em processo de certificação em suas unidades produtivas com previsão firme de participação no programa que fomenta a importância do etanol de cana-de-açúcar na matriz energética do país, contribuindo para que o Brasil atenda ao acordo de Paris com a redução das emissões de gases de efeito estufa do setor de transportes.

33. Receita operacional líquida

a) Fluxos da receita

A Companhia e suas controladas geram receita principalmente pela venda de açúcar e etanol, derivados de levedura e receita de venda de energia elétrica.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Receita bruta de produtos	3.331.548	2.419.037	3.490.094	2.641.779
Devoluções e abatimentos	(6.114)	(3.935)	(12.097)	(10.295)
Impostos sobre vendas	(253.939)	(206.201)	(253.939)	(206.201)
	3.071.495	2.208.901	3.224.058	2.425.283



33. Receita operacional líquida--Continuação

b) Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Mercado interno:				
Etanol	1.487.797	896.819	1.468.564	882.220
Açúcar	503.026	355.951	503.026	355.951
Energia elétrica	127.743	139.336	127.743	139.336
Derivados de levedura	68.528	62.872	68.528	62.872
Outras receitas - CBIOS	24.404	13.041	19.786	13.041
Outras vendas	859	958	859	958
	2.212.357	1.468.977	2.188.506	1.454.378
Mercado externo:				
Derivados de levedura	512.230	485.613	694.627	722.954
Açúcar	523.524	406.942	523.524	406.942
Etanol	83.437	57.505	83.437	57.505
	1.119.191	950.060	1.301.588	1.187.401
Receita bruta de produtos	3.331.548	2.419.037	3.490.094	2.641.779
Devoluções e abatimentos	(6.114)	(3.935)	(12.097)	(10.295)
Impostos sobre vendas	(253.939)	(206.201)	(253.939)	(206.201)
	3.071.495	2.208.901	3.224.058	2.425.283

i) *Venda de produtos - açúcar e etanol*

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da AQ, (UBG e AZL incorporadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019) em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no PN 66.

ii) *Venda de produtos - derivados de levedura, energia elétrica e outros*

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens tenham sido transferidos para o comprador; de que seja provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade; de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.



34. Despesas operacionais por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Custo				
Cana-de-açúcar	774.427	309.784	795.611	383.133
Materia prima e materias de uso e consumo	146.036	115.434	148.426	119.341
Depreciação e amortização	533.367	397.119	536.976	401.599
Despesas com pessoal	198.698	200.276	215.598	220.237
Manutenção e reparo de bens	97.358	82.453	99.061	85.336
Insumos agrícolas	170.376	131.924	165.369	141.301
Varição no valor justo do ativo biológico	79.159	74.640	79.159	74.640
Serviços prestados por terceiros	7.648	5.359	7.648	5.359
Arrendamentos de terra	48.679	49.472	54.022	43.725
Materiais de Almoxarifado	121.697	98.943	132.193	107.760
Materiais de Combustão	56.714	10.639	56.714	10.639
Água Tratada	38.641	21.612	38.641	21.612
Energia Elétrica	34.046	23.732	34.046	23.732
Combustíveis e Lubrificantes	16.332	14.070	16.332	14.070
Outros gastos	31.602	38.957	31.602	38.957
	2.354.780	1.574.414	2.411.398	1.691.441
Despesas com vendas				
Rateio despesas - Copersucar	25.677	20.661	35.649	33.062
Gastos com armazenagens	10.811	10.610	15.010	16.978
Despesas com pessoal	7.433	7.259	10.320	11.617
Frete	10.811	10.610	15.010	16.978
Serviços prestados por terceiros	3.379	3.350	4.691	5.361
Comissão	5.406	558	7.505	894
Depreciação e amortização	2.027	2.234	2.814	3.574
Outros	2.026	559	2.815	894
	67.570	55.841	93.814	89.358
Despesas administrativas de gerais				
Despesas com pessoal	80.143	53.581	88.603	62.992
Serviços prestados por terceiros	34.903	23.276	37.918	27.200
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	11.777	9.943	11.777	9.943
Depreciação e amortização	4.471	2.982	4.858	3.485
Aluguéis	2.315	2.229	2.315	2.229
Outros	18.273	9.279	19.531	12.516
	151.882	101.290	165.002	118.365
Total de despesas e custos	2.574.232	1.731.545	2.670.214	1.899.164
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	2.433.939	1.649.054	2.490.557	1.766.081
Varição no valor justo do ativo biológico	(79.159)	(74.640)	(79.159)	(74.640)
Despesas de vendas	67.570	55.841	93.814	89.358
Despesas administrativas e gerais	151.882	101.290	165.002	118.365
	2.574.232	1.731.545	2.670.214	1.899.164



35. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Receita da Cooperativa com Indenizatória (IAA) (i)	248.407	229.325	305.616	282.105
Receita com Cooperativa com CBIOS	17.670	-	17.670	-
Indenização	(36.730)	3.044	(36.730)	3.044
Lavoura parceiros	4.661	16.265	4.661	16.265
Resultado com vendas de imobilizado	1.732	7.600	1.732	7.600
Receita com operação CCEE (ii)	(595)	9.846	(595)	9.846
Resultado líquido com outras vendas	(3.479)	6.061	(3.493)	6.100
Custo com venda de imobilizado	(74)	(12.651)	(74)	(12.651)
Resultado líquido com outras operações com a Cooperativa	(7.627)	(3.758)	(7.681)	(3.758)
Provisão para contingências	31.761	7.676	31.761	10.723
Outras	2.786	619	4.458	(3.104)
	258.512	264.027	317.325	316.170

(i) Durante a safra 21/22 a Zilor recebeu o repasse do montante bruto de R\$ 280.858 controladora e R\$ 345.498 consolidada, referente a 4ª parcela do 1º precatório e a 3ª parcela do 2º precatório (R\$ 259.124 controladora e R\$ 318.762 consolidada em 31 de março de 2021, referente a 3ª parcela do 1º precatório e a 2ª parcela do 2º precatório), a empresa está discutindo judicialmente a cobrança de PIS/COFINS.

(ii) Refere-se a operação com a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

36. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	146.213	129.311	146.213	129.311
Juros sobre aplicações financeiras	65.585	17.857	73.500	19.765
Juros sobre conta-corrente mercantil	3.251	2.237	3.251	2.237
Juros sobre atualização de créditos tributários	1.144	5.747	1.528	6.089
Juros sobre operações com a Cooperativa	476	687	550	823
Juros sobre demais operações e descontos financeiros	10.440	464	10.440	464
	227.109	156.303	235.482	158.689

37. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(237.401)	(128.050)	(237.543)	(128.075)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(72.514)	(162.571)	(72.514)	(162.571)
Despesa financeira com arrendamentos (CPC 06 (R2))	(7.945)	(200.954)	(7.945)	(200.954)
Juros sobre demais operações	(8.086)	(7.021)	(8.973)	(7.899)
Despesas bancárias	(14.749)	(13.446)	(14.996)	(13.626)
Juros sobre operações com a Cooperativa	(13.661)	(12.779)	(14.204)	(12.873)
Impostos e contribuições sobre operações financeiras	(7.784)	(1.661)	(8.173)	(1.771)
Juros sobre atualização de débitos tributários e contingências	(1.443)	(875)	(1.443)	(891)
Despesa financeira com carve-out	-	(242)	-	(242)
	(363.583)	(527.599)	(365.791)	(528.902)



38. Variações cambiais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Varição cambial ativa				
Empréstimos e financiamentos	131.708	57.241	131.708	57.241
Demais operações	46.055	58.682	54.358	68.218
	177.763	115.923	186.066	125.459
Varição cambial passiva				
Empréstimos e financiamentos	(48.852)	(112.776)	(48.852)	(112.776)
Demais operações	(99.111)	(34.859)	(106.453)	(43.905)
	(147.963)	(147.635)	(155.305)	(156.681)
Variações cambiais líquidas	29.800	(31.712)	30.761	(31.222)

39. Informação por segmento

A administração definiu os seguimentos operacionais da Açucareira Quatá S.A. (Controladora e Consolidado), com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégica, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o Conselho de administração.

As análises realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pela Açucareira Quatá e suas controladas, compondo os seguintes segmentos:

- (i) Açúcar, Etanol e Energia Elétrica;
- (ii) Biorigin;

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto, com foco na rentabilidade.

Resultado	Controladora			
	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Não Segmentado	mar/22
Receita operacional líquida	2.548.297	523.198	-	3.071.495
Varição no valor justo do ativo biológico	-	-	79.159	79.159
Custo dos produtos vendidos	(2.037.788)	(396.151)	-	(2.433.939)
Lucro bruto	510.509	127.047	79.159	716.715
Margem Bruta	20%	24%	-	23%
Despesas com vendas	31.512	(99.082)	-	(67.570)
Demais despesas e outras receitas (despesas)	248.570	-	(141.940)	106.630
Lucro operacional	790.591	27.965	(62.781)	755.775
Demais financeiras, equivalência e impostos	-	-	(130.548)	(130.548)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	790.591	27.965	(193.329)	625.227

Resultado	Consolidado			
	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Não Segmentado	mar/22
Receita operacional líquida	2.076.115	1.147.943	-	3.224.058
Varição no valor justo do ativo biológico	-	-	79.159	79.159
Custo dos produtos vendidos	(1.578.098)	(912.459)	-	(2.490.557)
Lucro bruto	498.017	235.484	79.159	812.660
Margem Bruta	24%	21%	-	25%
Despesas com vendas	31.511	(125.325)	-	(93.814)
Demais despesas e outras receitas (despesas)	305.779	-	(156.756)	149.023
Lucro operacional	835.307	110.159	(77.597)	867.869
Demais financeiras, equivalência e impostos	-	-	(224.288)	(224.288)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	835.307	110.159	(301.885)	643.581



39. Informação por segmento--Continuação

Controladora				
Ativos operacionais	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Ativos compartilhados	mar/22
Cientes e outras contas a receber	13.104	133.369	-	146.473
Contas a receber - Cooperativa	182.755	-	-	182.755
Estoques	114.458	108.117	-	222.575
Imobilizado	1.529.783	256.484	-	1.786.267
Intangível	6.455	9.921	-	16.376
Total de ativos alocados	1.846.555	507.891	-	2.354.446
Demais ativos não alocáveis	-	-	4.998.975	4.998.975
Total	1.846.555	507.891	4.998.975	7.353.421
Consolidado				
Ativos operacionais	Açúcar, Etanol e Energia Elétrica	Biorigin	Ativos compartilhados	mar/22
Cientes e outras contas a receber	(119.038)	244.088	-	125.050
Contas a receber - Cooperativa	183.408	-	-	183.408
Estoques	114.458	215.755	-	330.213
Imobilizado	1.529.783	306.291	-	1.836.074
Intangível	6.455	10.912	-	17.367
Total de ativos alocados	1.715.066	777.046	-	2.492.112
Demais ativos não alocáveis	-	-	5.150.597	5.150.597
Total	1.715.066	777.046	5.150.597	7.642.709

40. Compromissos

a) Compra de cana-de-açúcar

A AQ possui compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção com contratos até 2032 com possibilidade de prorrogação. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em estimativa de colheita por área geográfica. O montante a ser pago pela AQ será determinado ao término de cada exercício de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA-SP.

Contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras

A Zilor possui contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras para plantio de cana-de-açúcar, nota explicativa 23, que geralmente terminam em até 20 anos. Os pagamentos relacionados a essas obrigações são calculadas basicamente pelo preço acumulado do ATR divulgado pelo CONSECANA e o volume de cana-de-açúcar por hectare, definido contratualmente.

Além dos compromissos de compra, a AQ na qualidade de cooperada da Cooperativa, possui toda sua produção de açúcar e etanol compromissada com a Cooperativa pelos próximos 3 anos.



41. Lucro por ação

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	625.226.142,51	321.759.043,16
Quantidade de ações ordinárias	338.720.926.114	338.720.926.114
Lucro básico e diluído por ação	<u>0,001845844453</u>	<u>0,000949923723</u>

42. Avais, fianças e garantias

A Zilor é avalista de seus principais fornecedores de cana-de-açúcar em operações de empréstimos e financiamentos, conforme segue:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Açucareira Quatá S.A.	66.130	217.980
	<u>66.130</u>	<u>217.980</u>

No dia 31 de março de 2019 a Companhia foi notificada por um de seus parceiros agrícolas sobre a existência de dificuldades financeiras deste para continuar executando suas as operações agrícolas. Diante dessa notificação, a Administração da Companhia iniciou tratativas com o parceiro agrícola com aquisição de sua lavoura de cana e de seus demais ativos tendo como contrapartida assunção e liquidação futura dos empréstimos e financiamentos dos quais a Companhia é avalista. Para esta potencial transação e, na condição de avalista, a Companhia registrou a provisão contábil de R\$ 21.367 durante a safra 18/19. Tendo em vista a conclusão do processo a Companhia registrou em junho de 2019 a liquidação da provisão em função de sua efetiva realização no montante de R\$ 20.999 e seu respectivo ajuste a valor presente de R\$ 1.120 resultando em impacto líquido no resultado de R\$ 1.488.

A Companhia é avalista no montante líquido de R\$ 66.130 na safra 21/22 registrado a provisão contábil. Os montantes a serem liquidados são: de R\$ 18.960 na safra 22/23, R\$ 19.234 na safra 23/24, R\$ 17.707 na safra e R\$ 10.229 na safra 25/26.



43. Seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações, e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de março de 2022 a 2021, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens Segurados	Riscos Cobertos	Montante máximo da cobertura em reais
Prédios, instalações, móveis, máquinas e utensílios – Usinas e Biorigin	Cobertura básica (Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	150.000.000
Prédios, instalações, móveis, máquinas e utensílios – Escritórios e armazém Paulínia	Cobertura básica (Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	55.000.000
Veículos	Cascos	100% Tabela Fipe
	Danos Materiais	150.000
	Danos Corporais	200.000
	Danos Morais	100.000
Equipamentos Agrícolas	Cobertura básica (Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	19.723.000
	Danos Elétricos	3.944.600
Responsabilidade civil geral	Danos causados a terceiros em virtude da operação da empresa	USD 10.000.000,00
Responsabilidade civil - Diretores e Administradores (D&O)	Ações contra Diretores e Administradores	30.000.000

O escopo de nossos auditores independentes não incluiu a análise das suficiências de seguros.

Açucareira Quatá S.A.
CNPJ: 60.855.574/0001-73

Diretoria Executiva

Diretores

Fabiano José Zillo

Marcos Ponce de Leon Arruda

Contador Responsável: Paulo Souza de Oliveira Junior
CRC: SP-253903/O-2

